

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Conselheiros e aos Administradores da
Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB** (“Companhia” ou “CAESB”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB**, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 25 de março de 2021.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 DF 002567/F

Fabiano de Oliveira Barbosa
Contador CRC 1 015827/O-3 - DF

Companhia de
Saneamento
Ambiental do Distrito
Federal - CAESB

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020 e 2019**

Conteúdo

Balanços patrimoniais	3
Demonstrações de resultados	4
Demonstrações de resultados abrangentes	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstrações dos fluxos de caixa	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9



Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

		2020	2019
	Nota		
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	8	288.447	311.278
Contas a receber de clientes	9	391.591	386.817
Estoque	10	29.493	31.897
Tributos a recuperar	11	137.244	46.567
Despesas pagas antecipadamente		546	624
Outras contas a receber	12	20.709	20.939
Total do ativo circulante		868.030	798.122
Contas a receber de clientes	9	28.725	39.717
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	61.377	57.504
Despesas pagas antecipadamente		86	252
Partes relacionadas	35	58.195	69.317
Ativo financeiro - concessões	16	1.255.577	1.191.932
Ativos de Contrato	15	604.990	-
Outros valores a receber	13	25.095	28.473
Total do realizável a longo prazo		2.034.045	1.387.195
Investimentos	17	23.276	19.699
Intangível	19	607.104	1.115.297
Imobilizado	18	414.669	400.546
Total do ativo não circulante		3.079.094	2.922.737
Total do ativo		3.947.124	3.720.859
Passivo			
Fornecedores e outras contas a pagar	21	185.134	160.925
Obrigações fiscais	23	43.340	37.418
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	24	74.205	69.322
Empréstimos e financiamentos	22	197.505	203.072
Arrendamento mercantil	22.5	8.494	7.680
Partes relacionadas	35	9.776	11.431
Benefícios a empregados	25	117.990	129.024
Total do passivo circulante		636.444	618.872
Fornecedores e outras contas a pagar	21	181.349	172.625
Obrigações fiscais	23	-	-
Empréstimos e financiamentos	22	829.823	704.029
Arrendamento mercantil	22.5	4.566	4.434
Partes relacionadas	35	1.200	30.105
Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	26	246.136	290.634
Benefícios a empregados	25	470.552	495.355
Total do passivo não circulante		1.733.626	1.697.182
Total do passivo		2.370.070	2.316.054
Capital social	27	1.537.315	1.437.924
Reserva de Lucro	27	72.487	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	27	17.300	115.064
Ajuste de avaliação patrimonial	27	(50.048)	(45.734)
Prejuízo Acumulado	27	-	(102.449)
Total do patrimônio líquido		1.577.054	1.404.805
Total do passivo e do patrimônio líquido		3.947.124	3.720.859

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
Receita Operacional Líquida	28	1.908.370	1.880.476
Custo dos serviços prestados	29	(1.098.591)	(1.101.808)
Lucro bruto		809.779	778.668
Despesas comerciais e de vendas	30	(248.666)	(194.137)
Despesas administrativas e gerais	31	(286.678)	(285.635)
Despesas tributárias	32	(13.410)	(12.319)
Outras Receitas/Despesas operacionais	33	75.569	(110.072)
Participação no resultado de coligadas e controladas		3.577	221
Resultado Operacional		340.171	176.726
Receita Financeira	34	125.604	105.431
Despesa Financeira	34	(247.783)	(118.466)
Resultado Financeiro		(122.179)	(13.035)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		217.992	163.691
Imposto de renda – corrente	14	-	-
Contribuição social – corrente	14	(22.055)	(17.900)
Contribuição social – diferida	14	3.209	3.211
Imposto de renda e contribuição social		(18.846)	(14.689)
Resultado do exercício		199.146	149.002

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	2020	2019
Resultado do exercício		199.146	149.002
Outros Resultados Abrangentes		(5.946)	(3.899)
Ganhos/Perdas em remensurações de investimentos		-	-
Ganhos/Perdas em remensurações de planos de benefícios definidos		(6.610)	(4.310)
Efeitos fiscais em planos de benefícios definidos		664	411
Resultado abrangente do exercício		<u>193.200</u>	<u>145.103</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature that appears to be 'Paulo' and several smaller initials and marks.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	Reserva de lucros					Total do patrimônio líquido
		Capital social integralizado	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva estatutária	Reserva legal	Lucros (prejuízos) acumulados	
Saldo em 1º de janeiro de 2019		1.311.953	225.361	-	-	(251.451)	1.244.028
Resultado do exercício		-	-	-	-	149.002	149.002
Destinação do resultado:							
Constituição de reserva estatutária	27.2	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	27.2	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	27.4	-	15.674	-	-	-	15.674
Ajustes de exercícios anteriores	27.1	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital em 03/12/2019	27.3	125.971	(125.971)	-	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	(3.899)	(3.899)
Saldo em 31 de dezembro de 2019		1.437.924	115.064	-	-	(102.449)	1.404.805
Resultado do exercício		-	-	-	-	199.146	199.146
Destinação do resultado:							
Constituição de reserva estatutária	27.2	-	-	67.734	-	(67.734)	-
Constituição de reserva legal	27.2	-	-	-	4.753	(4.753)	-
Dividendos Obrigatórios	27.5	-	-	-	-	(22.578)	(22.578)
Adiantamento para futuro aumento de capital	27.4	-	1.627	-	-	-	1.627
Ajustes de exercícios anteriores	27.1	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital em 02/10/2020	27.3	99.391	(99.391)	-	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	(1.632)	(1.632)
Saldo em 31 de dezembro de 2020		1.537.315	17.300	67.734	4.753	(50.048)	1.577.054

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado líquido do exercício		199.146	149.002
Ajuste por:			
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - contas a receber de clientes		150.825	90.687
Variações monetárias sobre contas a receber		(14.036)	(8.862)
Perdas de créditos prescritos		3.283	1.973
Provisão de atualização Programa de Desligamento Voluntário		5.858	1.263
Provisão Concessão de Serviços		651	680
Resultado da equivalência patrimonial		(3.577)	(221)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(3.209)	(3.211)
Depreciações e amortizações		61.506	75.716
Resultado na baixa de ativos imobilizados e intangíveis		14	808
Ajuste a valor presente de ativos imobilizados e intangíveis		96	-
Juros e variações monetárias sobre empreiteiros, fornecedores e outras contas a pagar		802	1.276
Juros sobre obrigações fiscais		59	395
Juros e variações monetárias sobre benefícios a empregados		17.056	14.847
Provisão de demandas judiciais		(44.497)	52.940
Provisão de Benefícios Previdenciários		4.392	40.123
Variações monetárias sobre demandas judiciais		-	1.955
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos		33.619	43.055
Variações monetárias e cambiais sobre empréstimos e financiamentos		169.534	12.641
Resultado ajustado		581.522	475.067
Variações em:			
Contas a receber de clientes	9	(130.390)	(61.229)
Estoques	10	2.404	(5.686)
Tributos a recuperar	11	(90.677)	(43.482)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	(665)	(411)
Outras contas a receber	12	(3.140)	12.157
Despesas antecipadas		244	135
Outros valores a receber	13	14.406	32.778
Fornecedores e outras contas a pagar	21	920	32.882
Obrigações fiscais	23	5.863	(6.642)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	24	4.883	2.206
Benefícios a empregados	25	(69.089)	(75.683)
Total das variações de ativos e passivos		(265.241)	(112.975)

Demonstração dos fluxos de caixa (continuação)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
Caixa (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais		316.281	362.092
Pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos	22	<u>(32.103)</u>	<u>(38.385)</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>284.178</u>	<u>323.707</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de intangíveis	19	384.600	(229.595)
Ativos de Contrato	15	(604.990)	-
Aquisições de imobilizado	18	<u>(15.791)</u>	<u>(72.860)</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimentos		<u>(236.181)</u>	<u>(302.455)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captações de empréstimos e financiamentos	22	103.692	206.104
Amortização de empréstimos e financiamentos	22	(153.569)	(122.617)
Dividendos obrigatórios	27.5	(22.578)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	27.4	<u>1.627</u>	<u>15.673</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		<u>(70.828)</u>	<u>99.160</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		<u>(22.831)</u>	<u>120.412</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	8	311.278	190.866
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	8	<u>288.447</u>	<u>311.278</u>
Resultado do exercício		<u>(22.831)</u>	<u>120.412</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal, denominada “CAESB” ou “Companhia”, criada em 8 de abril de 1969, é uma sociedade de economia mista, regida pela Lei das Sociedades Anônimas, controlada pelo Governo do Distrito Federal, denominado GDF, e tem como objeto social atividades de saneamento, podendo também atuar em outros países e prestar serviços na área de resíduos sólidos.

A partir de 2006, a CAESB passou a ser regulada por meio do Contrato de Concessão de Serviço Público de Saneamento nº 001/2006, celebrado entre a Companhia e a Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal, denominada ADASA. Esse contrato, com vigência até 21 de maio de 2032, regula a exploração do serviço público de saneamento básico, serviço este constituído pelo abastecimento de água e pelo esgotamento sanitário objeto da concessão de que é titular a Companhia.

Com a assinatura do Contrato de Concessão e com edição da Política Nacional de Recursos Hídricos, da Política Nacional de Meio Ambiente e da Lei do Saneamento, houve uma segregação das funções de prestação dos serviços públicos e de gestão dos recursos hídricos, passando esta última competência para a ADASA. Assim, a CAESB passou a ser apenas prestadora dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário e principal usuária dos recursos hídricos do DF.

2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com o Manual de Contabilidade Regulatório da ADASA, de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil e com os pronunciamentos, as interpretações e as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Assim, a Companhia optou por apresentar apenas uma versão das demonstrações financeiras, já que a mesma atende às duas finalidades (regulatório e societário).

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada e autorizada pela Administração, representada pelo Conselho de Administração da Companhia, em 25 de março de 2021.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Continuidade Operacional

A Administração da Companhia tem realizado todo seu planejamento e ações visando a perenidade de seus negócios, dessa forma avalia que possui condições de disponibilizar todos os recursos para continuidade de suas operações. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas sobre a continuidade operacional da Companhia, sendo assim as demonstrações financeiras foram elaboradas levando em conta esse pressuposto.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Todos os valores apresentados nas demonstrações financeiras, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Base de mensuração

As demonstrações foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos no balanço patrimonial:

- Os instrumentos financeiros derivativos são registrados ao valor justo.
- O passivo líquido de benefício definido é reconhecido como o valor justo dos ativos do plano, deduzido do valor presente da obrigação de benefício definido, e é limitado conforme explicado na Nota Explicativa nº 4.13.

2.5 Impactos da Covid-19

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde (“OMS”) anunciou uma emergência de saúde global devido a um novo surto de Coronavírus originário de Wuhan, China (o “surto de COVID-19”) e os riscos para a comunidade internacional, considerando a capacidade de o vírus se espalhar globalmente, indo além do seu ponto de origem. Em março de 2020, a OMS classificou o surto de COVID-19 como uma pandemia, com base no rápido aumento da exposição global.

Nesse contexto, a CAESB adotou e vem adotando diversas medidas de prevenção, de forma a assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços prestados à população atendida, pois os serviços prestados pela Companhia se tornam ainda mais essenciais à sociedade no contexto desta pandemia da COVID-19. Cabe destacar que a interrupção do abastecimento hídrico por parte de uma empresa de saneamento básico pode comprometer o atendimento das recomendações feitas pela OMS para que todos mantenham bons hábitos de higiene, tal como a lavagem das mãos de forma correta e com mais frequência.

A Companhia, considerando o caráter essencial dos seus serviços para a população, e ainda, atendendo aos atos normativos do Governo do Distrito Federal, instituiu algumas medidas para combate à pandemia do coronavírus, dentre elas: o teletrabalho para empregados e colaboradores, suspensão do atendimento presencial em seus escritórios comerciais, suspensão das visitas às unidades operacionais, suspensão do corte de fornecimento de água por inadimplência, suspensão também de todas as obras ou serviços de manutenção que causem interrupção no abastecimento de água por mais de 6 horas, suspensão de todas as viagens nacionais e internacionais à serviço e aperfeiçoamento do atendimento virtual com ampliação dos serviços atendidos.

Entre os reflexos da pandemia da COVID-19 destacam-se: (i) alta volatilidade cambial e aumento nos custos das novas captações; (ii) redução nas receitas com clientes comerciais e industriais; (iii) postergação do reajuste tarifário; (iv) aumento da inadimplência e na expectativa de aumento nas perdas futuras, por conta da queda na arrecadação, que impactou negativamente as perdas estimadas; (v) menor volume faturado nas categorias Comercial, Industrial e Pública. Em contraposição aos efeitos adversos houve efeito positivo com o aumento na receita com clientes residenciais, exceto da categoria social.

Diante destes efeitos adversos, a Companhia promoveu a redução de despesas e ajustes orçamentários para preservar a sustentabilidade econômico-financeira. A expectativa da

Administração da Companhia é de que as ações concretizadas frente aos impactos mencionados, somadas ao aumento da segurança hídrica devido às obras realizadas, serão suficientes para honrar seus compromissos e não comprometer a continuidade operacional e financeira da Companhia.

2.6 Novo Marco Legal do Saneamento

No dia 15 de julho de 2020 foi publicada a Lei Federal nº 14.026/2020, que atualizou o marco legal do saneamento básico e alterou a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento, a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar o nome e as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos, a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para vedar a prestação por contrato de programa dos serviços públicos de que trata o art. 175 da Constituição Federal, a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País, a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para tratar dos prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole), para estender seu âmbito de aplicação às microrregiões, bem como a Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados, todas afetas ao ambiente organizacional da Caesb.

Apesar dos 11 vetos e ainda considerando que estes possam ser derrubados pelo Congresso, ao extinguir a figura do contrato de programa, a Lei muda o cenário para atuação no setor, garantindo a concorrência. Adicionalmente, a Lei impõe metas de atendimento, que incentiva as operadoras a atuarem com maior eficiência, assim como proporciona condições para que a Agência Nacional de Águas (ANA) estabeleça parâmetros e diretrizes com o objetivo de minimizar as incertezas regulatórias, criando, desta forma, um ambiente mais estável e atrativo para investimentos no setor.

3 Mudanças nas principais políticas contábeis

As políticas contábeis e julgamentos utilizados na preparação das Demonstrações Financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2020 são consistentes com aqueles utilizados para preparar as demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, exceto pelo registro dos ativos de contrato em observância ao CPC 47 (IFRS 15) – Receita de Contrato com Cliente.

Conforme determinado pelo CPC 47/IFRS 15 – Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, devem ser classificados como Ativo de Contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível somente após a conclusão das obras. Com a adoção deste item da norma contábil, a partir de 1º de janeiro de 2020, a Companhia passou a registrar no balanço patrimonial a rubrica Ativo de Contrato.

O Ativo de Contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo e inclui custos de empréstimos capitalizados durante o período em que o ativo encontra-se em fase de construção.

A seguir apresentamos os saldos vinculados à concessão em construção, registrados anteriormente como parte do ativo intangível na conta de obras em andamento e que foram reclassificados para a rubrica Ativo de Contrato, conforme nota explicativa 12:

	31/12/2019 Divulgado	Ajustes	01/01/2020 Reclassificado
Ativo de Contrato Intangível	-	493.162	493.162
	<u>1.115.297</u>	<u>(493.162)</u>	<u>622.135</u>
Saldo no final do período	<u>1.115.297</u>	<u>-</u>	<u>1.115.297</u>

4 Sumário das práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão definidas a seguir e foram aplicadas de forma consistente com o exercício anterior:

4.1 Receita operacional

a. *Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto*

A receita de serviços é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas de serviços decorrem do fornecimento de água e serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário. As receitas ainda não faturadas, correspondentes à última leitura até a data de apresentação das demonstrações financeiras, representam receitas incorridas e são reconhecidas como contas a receber de clientes/receita operacional com base em estimativas mensais dos serviços completados.

b. *Outros serviços indiretos de água e esgoto*

A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviço de instalações, remanejamentos e reparos de hidrômetros e ainda de ligação e religação de água, e é reconhecida no período no qual os serviços são prestados.

c. *Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa*

A Companhia registra suas perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa por meio do valor provável de realização, considerando os valores complementares, com base na categorização dos clientes e análise do histórico de perdas para atender ao modelo de perdas incorridas e esperadas estabelecido pelo Pronunciamento Técnico CPC 48. Para que seja constituída provisão para fazer face às eventuais perdas estimadas, é feita análise da carteira de clientes de forma individual e coletiva. A análise individual corresponde à carteira de crédito para cada usuário e a análise coletiva corresponde a um conjunto de devedores segmentados em grupos com características comuns.

4.2 Instrumentos financeiros

a. *Ativos financeiros - Instrumentos financeiros não derivativos*

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão.

A classificação depende da finalidade dos ativos e dos passivos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou somente instrumentos financeiros classificados como custo amortizado.

Custo amortizado

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Os instrumentos financeiros foram mensurados ao valor justo com reconhecimento do resultado.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros, incluindo financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Em 31 de dezembro de 2020, os passivos financeiros da Companhia foram classificados como custo amortizado.

4.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários à vista e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimento igual ou inferior a 90 dias. Esses recursos possuem risco insignificante de mudança de valor e são utilizados para gerenciamento de compromissos de curto prazo.

4.4 Estoques

Os estoques de materiais para consumo e os necessários à manutenção dos sistemas de abastecimento de água e esgotos, são mensurados pelo custo médio ponderado e classificados no ativo circulante. O custo inclui todos os gastos de aquisição e outros, incorridos para colocar os materiais em seu local final de armazenamento e em condição de consumo.

4.5 Investimentos societários

Coligada é a entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa. Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser classificado como uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto, dependendo dos direitos e obrigações das partes.

Enquanto em uma operação em conjunto as partes integrantes têm direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos relacionados ao negócio, em um empreendimento controlado em conjunto, as partes têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio. No segmento de exploração e produção, algumas atividades são conduzidas por operações em conjunto.

Nas demonstrações financeiras, apenas as operações em conjunto constituídas por meio de entidade com personalidade jurídica própria são avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP), deduzido das perdas estimadas em decorrência de descontinuidade do negócio, caso existam. Para as demais operações em conjunto, a Companhia reconhece seus ativos, passivos e as respectivas receitas e despesas nestas operações.

4.6 Negócios em conjunto

A Companhia utiliza o método de consolidação proporcional para reconhecimento dos direitos e obrigações referentes aos negócios em conjunto, em razão do compartilhamento do controle pelas consorciadas. Dessa forma, a Companhia registra sua participação proporcional equivalente a 50% sobre os ativos, passivos, receitas e despesas do Consórcio de Águas Lindas e do Consórcio Corumbá, conforme definição de operações em conjunto, estabelecida no Pronunciamento Técnico CPC19 (R2).

4.7 Arrendamento Mercantil

Os arrendamentos mercantis de imobilizado e intangível, nos quais a Companhia fica substancialmente com os riscos e benefícios de propriedade, são classificados como ativos de diretos de uso e em contrapartida os passivos correspondentes. Os arrendamentos são registrados, no seu início, um ativo (imobilizado ou intangível) e um passivo de financiamento (arrendamento) ajustados a valor presente.

4.8 Imobilizado

Os bens registrados no imobilizado são os que não possuem vinculação com a concessão de serviço público, sendo compostos pelos bens de uso geral da Companhia. Esses bens estão apresentados pelo custo histórico de aquisição e/ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzidos da respectiva depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*).

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item. O valor contábil dos bens é baixado antes do final da vida útil quando estes são leiloados, ressarcidos pelos gestores por motivo de extravio e ressarcidos pela seguradora por motivo de roubo. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, bem como os juros sobre financiamentos incorridos na aquisição e/ou construção até a data de entrada do bem em operação. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinadas para o item do imobilizado aos quais foram incorporados.

A depreciação do ativo imobilizado é realizada pelas taxas de vida úteis econômicas que foram calculadas por empresa especializada contratada para tal finalidade, as quais são revisadas anualmente por comissão interna, sendo que a última revisão foi efetuada em 31 de dezembro de 2020. Os terrenos não são depreciados.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado, são reconhecidos no resultado em outras receitas e despesas líquidas.

Atualmente, são utilizadas as seguintes taxas de depreciação:

Natureza	Taxa média de depreciação ao ano
Computador, periféricos e outros componentes eletrônicos; equipamento de transporte	20,00%
Equipamento de assistência médica; equipamento de laboratório; equipamento de segurança; equipamentos e implementos agrícolas; equipamento eletromecânico; equipamento de tratamento; ferramenta e ferramental; instrumento de medição e precisão; material cinematográfico; equipamento de automação e telemetria	10,00%
Aparelho de som, áudio e comunicação; aparelho utensílio doméstico e refrigeração; biblioteca e mapoteca; equipamento de desenho; móveis e utensílios de escritório	8,33%
Equipamento de oficina; máquinas, tratores e similares	6,67%
Equipamento de armazenamento de gases; equipamento para armazenamento de líquidos	5,00%
Edificação	1,67%
Terreno	-

4.9 Intangível

O intangível é representado pelos ativos vinculados à concessão, os quais são divididos em sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Os valores desses ativos são representados pelo custo histórico de aquisição e/ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, incluindo os juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, deduzido da respectiva amortização acumulada. Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando da sua disponibilização para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia e é cessada quando esses ativos tiverem sido totalmente consumidos ou baixados. A amortização dos bens que compõem o ativo intangível foi realizada pelas taxas de vida úteis econômicas calculadas por empresa especializada contratada para tal finalidade, as quais são revistas anualmente por comissão interna, sendo que a última revisão foi efetuada em 31 de dezembro de 2020.

A Lei nº 11.445/07 indica que os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, sempre que possível, mediante remuneração pela cobrança dos serviços, sendo preferencialmente na forma de tarifas e outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou para ambos conjuntamente.

Conforme previsão da instrução e pronunciamento ICPC 01 e do CPC 20 (R1), os juros, atualizações monetárias e variações cambiais relacionados a financiamentos utilizados para custear obras relacionadas ao sistema de água e esgoto são diretamente atribuídos ao custo

destes, enquanto as obras estiverem em andamento. Essa capitalização é amortizada pelo mesmo prazo de vida útil determinado para o intangível ao qual foi incorporado.

Atualmente, são utilizadas as seguintes taxas de amortização:

Natureza	Taxa média de amortização ao ano
Hidrômetro; instalação; equipamento de automação e telemetria	10,00%
Equipamentos; poço; instalações elétricas	5,00%
Lagoa; ligação predial; tomada de água; tubulações em geral	2,00%
Construção civil; barragem	1,67%

Licenças de uso de software

As licenças de uso de *software* são capitalizadas com base nos custos de aquisição e demais custos de implementação. As amortizações são registradas de acordo com a vida útil, e os gastos associados à sua manutenção são reconhecidos como despesas, quando incorridos.

4.10 Ativo financeiro – Concessão

O Ativo financeiro é composto pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços, no prazo do contrato e que deverão ser indenizados pelo poder concedente ao término do contrato de concessão. Esses investimentos são amortizados pela vida útil do ativo.

4.11 Perda por redução ao valor recuperável de ativos

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência de perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não estoques e contribuição social diferida, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou a Unidade Geradora de Caixa (UGC) exceder o seu valor recuperável. A Companhia adota como UGC os sistemas de água e esgoto.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos as despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos, que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Para a finalidade de testar o valor

recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são, em grande parte, independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (“Unidade Geradora de Caixa” ou “UGC”).

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são alocadas de forma *pro rata*.

4.12 Provisões para demandas judiciais

As provisões para demandas judiciais são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente discutida em juízo, como resultado de eventos passados, possuindo uma possibilidade provável de saída de recursos para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável, conforme critérios estabelecidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

4.13 Benefícios a empregados

a. Plano de previdência privada

(i) Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

(ii) Planos de benefício definido

A obrigação líquida da Companhia para os planos de benefício definido é calculada para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, são levadas em consideração quaisquer exigências mínimas de custeio aplicáveis.

Remensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e as perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidas imediatamente em outros resultados abrangentes. A Companhia determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período multiplicando o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido pela taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido, ambos conforme determinados no início do período a que se referem as demonstrações financeiras, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos no resultado.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no resultado. A Companhia reconhece ganhos e perdas na liquidação de um plano de benefício definido quando a liquidação ocorre.

As obrigações por benefícios definidos foram calculadas por atuário independente, contratado por meio de licitação, utilizando o método de crédito unitário projetado que observa cada período de serviço como a origem de uma unidade adicional do direito ao benefício e mensura cada plano separadamente para constituir a obrigação final. As obrigações previdenciárias líquidas, relacionadas aos planos I e II, estão representadas pelo valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, conforme Nota Explicativa nº 25.2.

Em 02 de dezembro de 2020, a Companhia encaminhou a Carta nº 01/2020 para a Fundiágua solicitando a retirada de patrocínio do Plano II (Benefício Saldado). Assim, em observância à legislação aplicável, a Fundação deu início às tratativas junto à PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar, que analisará e acompanhará todo o processo e o cumprimento das obrigações perante aos participantes e assistidos.

b. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas e incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. Correspondem aos salários a pagar e às obrigações e provisões de férias e licença prêmio, conforme Nota Explicativa nº 25.

c. Participação nos resultados

A Companhia provisiona a participação de empregados no resultado de acordo com o regime de competência, sendo essa obrigação advinda de Acordo Coletivo de Trabalho. A PPR considera a distribuição de 30% de uma parcela do resultado operacional, que venha a ser obtido pela CAESB no ano de vigência do Programa, limitado a 1,0 (uma) folha de remuneração mensal, desde que o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE apresente resultado positivo e haja disponibilidade orçamentária e financeira. A distribuição é feita de forma proporcional ao atendimento de metas operacionais e financeiras divulgadas aos seus colaboradores. Tais valores são registrados nas rubricas participação sobre lucros a pagar aos empregados, no passivo circulante, e participação nos lucros e resultados de empregados, no resultado. O valor da PPR apurado é distribuído de forma linear para todos os beneficiários em parcela única, em abril do exercício seguinte ao de referência do Programa, conforme nota explicativa 25.

d. Programa de Demissão Voluntária

Os benefícios de término de vínculo empregatício foram reconhecidos como despesa quando a Companhia estava efetivamente comprometida mediante acordo firmado e homologado para rescindir o vínculo empregatício antes da data de aposentadoria normal, mediante a oferta de benefícios visando a estimular a demissão voluntária.

O valor acordado é atualizado anualmente no mês de maio pela variação do INPC acumulado dos últimos 12 meses, publicada pelo IBGE, exceto se a adesão ao programa ocorrer em prazo inferior a 12 meses, não sendo permitida a aplicação de eventuais índices negativos. O saldo devedor também sofre alteração quando do aumento do valor patronal do plano de saúde.

4.14 Gastos ambientais

Gastos relacionados a programas ambientais contínuos são registrados como despesa no resultado do exercício, quando da existência de fato gerador. Os programas contínuos são

elaborados para minimizar o impacto ambiental causado pelas operações e para gestão dos riscos ambientais relacionados às atividades da Companhia.

4.15 Capital social

O capital social é representado por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Os repasses realizados pelos acionistas vinculados a projetos de investimentos são classificados como adiantamento para futuro aumento de capital, pois não possuem natureza devolutiva e, após a aprovação pelos acionistas, na Assembleia Geral Ordinária, passam a integrar o capital social.

4.16 Imposto de renda e contribuição social

Em razão do trânsito em julgado de mérito que reconheceu a imunidade tributária, a Companhia não efetua mais apuração de Imposto de Renda, mantendo-se apenas a apuração da Contribuição Social sobre o Lucro, à alíquota de 9%.

Atualmente a Companhia apenas registra a contribuição social corrente e diferida, uma vez que não se verifica mais a expectativa de lucro futuro tributável pelo IRPJ. O cálculo é realizado com base na legislação fiscal vigente à época da apuração. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações da contribuição social com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às Autoridades Fiscais.

A contribuição social corrente é apresentada líquida no passivo quando houver montante a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

4.17 Tributos sobre receitas

As receitas de serviços de saneamento estão sujeitas à incidência dos seguintes tributos e respectivas alíquotas, conforme apresentado:

Tributos

PIS/PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

Alíquotas

0,65%
3,0%

Adicionalmente, as receitas de serviços de saneamento também estão sujeitas à incidência de duas taxas de fiscalização: Taxa de Fiscalização sobre Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário (TFS) e Taxa de Fiscalização dos Usos dos Recursos Hídricos (TFU).

A demonstração do resultado é apresentada líquida dessas deduções. Esses tributos são apresentados como deduções da receita pelos seus valores brutos.

4.18 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são representadas, principalmente, por juros, atualizações monetárias e ganhos cambiais, resultantes de aplicação financeira, contas a receber e valores depositados em juízo.

As despesas financeiras referem-se a juros, atualizações monetárias e perdas cambiais decorrentes de empréstimos, financiamentos e parcelamento de obrigações. O registro é feito por meio do método de taxa efetiva de juros.

4.19 Moedas e conversão em moeda estrangeira

As operações realizadas em uma moeda diferente da moeda do ambiente econômico em que opera são inicialmente registradas em moeda funcional, à taxa de câmbio na data da transação. Passivos em moeda estrangeira são convertidos à taxa cambial em vigor à data do balanço patrimonial e todas as diferenças cambiais no decorrer do exercício são registradas na demonstração do resultado como variação cambial, salvo as referentes a financiamentos vinculados às obras em andamento, as quais são incorporadas aos valores desses ativos.

5 Gestão de riscos e instrumentos financeiros

5.1 Gestão de Risco Financeiro

A Companhia está exposta a riscos financeiros, porém todos administrados ou amenizados de forma a não impactar, significativamente, os resultados de suas operações, e estão descritos nesta Nota Explicativa.

a. Risco de negócio

O negócio da Companhia refere-se basicamente a captar, tratar e distribuir água, coletar e tratar esgotos sanitários no Distrito Federal e no município de Águas Lindas de Goiás. Os resultados da Companhia dependem da manutenção das concessões nos locais em que opera e os contratos têm seu prazo de validade definido em média de 30 anos. Em algumas situações, o poder concedente poderá rescindir o contrato antes do seu término ou ainda não autorizar a sua renovação, mediante indenização pelo valor justo dos saldos de investimentos ainda não depreciados/amortizados. Os recursos hídricos disponíveis e sistemas eficientes reduzem o risco de desabastecimento e o processo de reajuste e revisão da tarifa é aprovado pela Agência Reguladora.

b. Risco de crédito

É o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, que acarretaria prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais, depósitos em bancos e outros instrumentos financeiros.

A Companhia tem esses riscos minimizados em decorrência da pulverização de seus clientes e da

diversificação de seus agentes arrecadadores, sendo esses últimos avaliados pelo seu *rating* de mercado.

Em razão da situação de emergência declarada no âmbito de saúde pública no Distrito Federal, em 26 de março de 2020, a Adasa publicou a Resolução nº 03, que dispõe sobre o adiamento do Reajuste Tarifário Anual – RTA da Caesb para 1º de outubro de 2020, posteriormente, em 14 de setembro de 2020, publicou a Resolução nº 16, prorrogando o aumento para o dia 1º de janeiro de 2021. Em 16 de dezembro de 2020, publicou a Resolução nº 22, prorrogando novamente o Reajuste Tarifário Anual para 1º de junho de 2021.

Cabe destacar que a referida Resolução prevê que os impactos econômico-financeiros decorrentes dos adiamentos do Reajuste Tarifário serão compensados nas tarifas, na 3ª Revisão Tarifária Periódica – 3ª RTP, que ocorrerá em 1º de junho de 2021.

b.1 Recebíveis

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, aos controles e às políticas estabelecidos pela Companhia, que possui autonomia para realizar cobranças administrativas e judiciais em caso de inadimplência.

Parte substancial das vendas é pulverizada entre um grande número de clientes segmentados nas categorias de consumo: residencial normal, residencial popular, tarifa irrigação, comercial, pública e industrial, o que minimiza o risco de crédito, além de procedimentos de controle.

Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente garantidos pelas provisões que fazem frente contra eventuais perdas em sua realização, com base na categorização dos clientes e análise do histórico de perdas para atender ao modelo de perdas incorridas e esperadas conforme CPC 48. Para que a provisão reflita as eventuais perdas estimadas, é feita análise da carteira de clientes de formas individual e coletiva. A análise individual corresponde à carteira de crédito para cada usuário, e a análise coletiva corresponde a um conjunto de devedores segmentados em grupos com características comuns. Os critérios de análise são vários, e entre eles é observado o histórico de inadimplência e o atraso de pagamento, localização geográfica do usuário, tipo de pagamento contratado, situação do abastecimento e outras.

b.2 Aplicações financeiras

O risco está relacionado à possibilidade de computar perdas derivadas da dificuldade de resgate das aplicações financeiras de curto prazo, em razão de eventual insolvência das contrapartes. A Companhia minimiza esses riscos mantendo operações apenas com instituições financeiras de reconhecida solidez no mercado.

c. Risco de taxa de juros

Ocorre quando o valor justo dos fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros flutua devido às variações nas taxas de juros de mercado. Relaciona-se com a possibilidade de um movimento desfavorável nas taxas de juros, que ocasionaria um aumento nas despesas financeiras, em decorrência das posições passivas dos contratos atrelados a taxas de juros flutuantes.

A exposição ao risco de mercado está, primordialmente, vinculada a obrigações de longo prazo passíveis de variações nas taxas de juros e nos índices de atualização monetária. Simulações de diversos cenários, tais como refinanciamentos, liquidações antecipadas, renovações de posições existentes, trocas de dívidas e financiamentos são utilizadas para definir novas contratações ou renegociar as já existentes.

Em 31 de dezembro de 2020, os passivos relativos a empréstimos, financiamentos e outras contas a pagar com risco de taxa de juros totalizam R\$ 302.180, sendo no circulante R\$ 61.334 e no não circulante R\$ 240.846, captados a taxas variáveis de juros e índices de atualização monetária (TR, CDI e INPC).

Índice de indexação	2020	2019
Taxa de Referência (TR)	121.845	181.020
CDI	23.863	71.446
Total de empréstimos e financiamentos	145.708	252.466
Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M)	-	31.573
Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)	156.472	159.998
Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic)	-	840
Total de outras contas a pagar	156.472	192.411
Total	302.180	444.877

A falta de correlação direta entre os índices de atualização monetária de seus passivos e das contas a receber também representa um risco para a Companhia, uma vez que os reajustes de tarifa de fornecimento de água e esgotamento sanitário não necessariamente acompanham os aumentos das taxas de juros que afetam as dívidas.

A Companhia acompanha, anualmente, com a ADASA as ações de reajustamento da tarifa, que visam à recuperação das perdas com a inflação. A cada quatro anos, essa mesma Agência Reguladora realiza a revisão tarifária, com o intuito de identificar os investimentos realizados, calcular sua remuneração e ajustar os cálculos dos custos operacionais.

Análise de sensibilidade para o risco de taxa de juros

A análise de sensibilidade apresentada tem como objetivo demonstrar os saldos dos principais ativos e passivos financeiros, calculados a uma taxa projetada para o período de 12 (doze) meses, após 31 de dezembro de 2020, e mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado, considerando-se todos os demais indicadores de mercado constantes.

Para efeito da análise, no entanto, tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Tais valores, quando de sua liquidação, poderão ser diferentes dos demonstrados, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

2020														
Cenários de taxas de juros														
Cenário provável					Cenário possível (+25%)					Cenário remoto (+50%)				
CDI	TR	IGP-M	INPC	LIBOR	CDI	TR	IGP-M	INPC	LIBOR	CDI	TR	IGP-M	INPC	LIBOR
1,90 %	0%	23,14%	5,45%	1,12%	2,38%	0,25%	28,92%	6,81%	1,40%	2,85%	0,50%	34,71%	8,17%	1,68%

A análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo ou, ainda, ao valor presente desses ativos e passivos.

Descrição	Indexador	Exposição (saldo devedor)	Provável (juros a incorrer)	+25% (juros a incorrer)	+50% (juros a incorrer)
Ativos					
Mútuo Corumbá Concessões 2017	CDI	188	1	1	1
Passivos					
Empréstimos	CDI	23.863	(492)	(543)	(594)
Financiamentos	TR	121.845	(9.275)	(11.594)	(13.912)
Financiamentos	LIBOR	676.605	(7.547)	(9.433)	(11.320)
Parcelamento FUNDIÁGUA	INPC	156.472	(8.759)	(8.773)	(8.787)
Efeitos no resultado			<u>(26.073)</u>	<u>(30.343)</u>	<u>(34.613)</u>

d. Risco cambial

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado e, conseqüentemente, as despesas financeiras. A Companhia não possui instrumento financeiro derivativo para proteção contra tal risco. Os passivos financeiros expostos ao risco cambial (empréstimo com o BID) totalizam:

	2020	2019
Passivo circulante	57.555	46.779
Passivo não circulante	<u>731.517</u>	<u>527.532</u>
Total	<u>789.072</u>	<u>574.311</u>

Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros sujeitos à variação cambial

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os instrumentos financeiros da Companhia, considerando-se todos os demais indicadores de mercado constantes.

Tais valores, quando de sua liquidação, poderão ser diferentes dos demonstrados, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

O cenário I, a seguir, apresenta o efeito no resultado para os próximos 12 meses, considerando a projeção do Dólar. Com todas as outras variáveis mantidas constantes, estão demonstrados no cenário II e no cenário III os impactos para os próximos 12 meses de uma possível desvalorização do Real em 25% e 50%, respectivamente.

	Cenário I (provável)	Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)
Exposição cambial líquida em 31 de dezembro de 2020 (passiva) em US\$	(*) 151.841	151.841	151.841
Taxa do US\$ em 31 de dezembro de 2020	5,1967	5,1967	5,1967
Taxa cambial estimada conforme cenário	<u>5,0000</u>	<u>6,2500</u>	<u>7,5000</u>
Diferença entre as taxas	0,1967	(1,0533)	(2,3033)
Efeito no resultado financeiro líquido em R\$	29.867	(159.934)	(349.735)

(*) Para o cenário provável em Dólar, foi utilizada a taxa de câmbio projetada para 31 de dezembro de 2021, conforme relatório Focus-Bacen de 08 de janeiro de 2021.

e. Risco de liquidez

A liquidez da Companhia depende, principalmente, do caixa gerado pelas atividades operacionais, de empréstimos de instituições financeiras e de financiamentos nos mercados locais e internacionais. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos para assegurar a disponibilidade de caixa para atender às suas despesas de capital e operacionais.

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio do fluxo de caixa projetado, ferramenta de planejamento de liquidez que analisa e projeta as entradas e as saídas de recursos.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou com perda do valor recuperável pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

5.2 Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía ativos ou passivos financeiros apresentados pelos seus valores justos por meio do resultado, dessa forma são apresentados os ativos e passivos mensurados ao custo amortizado. A informação do valor contábil dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas informações financeiras encontra-se a seguir:

Descrição	Ativos e passivos mensurados ao custo amortizado	
	2020	2019
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	288.447	311.278
Contas a receber	420.316	426.535
Outros créditos a receber	241.243	165.296
Total	950.006	903.109
Passivos financeiros		
Fornecedores	377.459	375.086
Empréstimos e financiamentos	1.027.328	907.101
Total	1.404.787	1.282.187

Outras informações - Associação das Pioneiras Sociais - APS

Acordo judicial celebrado entre a CAESB e a Associação das Pioneiras Sociais, homologado nos autos do Processo 0706727.15.2017.8.07.0018 referente à conversão do valor acordado (R\$ 22.676) em 919.178 metros cúbicos a ser concedidos como crédito nas inscrições de titularidade da APS, logo o volume de água das unidades da APS será medido mensalmente pelas rotas regulares de medição da CAESB e emitida uma fatura mensal para cada unidade, com o correspondente crédito do valor faturado pelos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, fazendo com que a conta para pagamento seja zero, até o completo adimplemento do volume total a ser faturado. Em 31 de dezembro de 2020 o valor registrado é de R\$ 15.827.

6 Principais estimativas e julgamentos contábeis

As estimativas e os julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica, incluindo as expectativas dos eventos futuros que são ponderadas de acordo com as circunstâncias. No futuro, os acontecimentos reais podem diferir dessas estimativas e premissas.

As estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Os principais assuntos sujeitos a estimativas e julgamentos estão descritos a seguir:

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 4.5 e 17 - Investimentos
- Nota Explicativa nº 4.6 - Negócios em conjunto.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020, que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 9 - Realização do contas a receber e outros recebíveis.
- Nota Explicativa nº 4.8, 4.9, 18 e 19 - Vida útil do ativo imobilizado e intangível.
- Nota Explicativa nº 4.12 e 26 - Reconhecimento e mensuração de provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e a magnitude das saídas de recursos.
- Nota Explicativa nº 4.16 e 14 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.
- Nota Explicativa nº 4.2 e 5 - Instrumentos financeiros.

c. Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.

Estabelece aspectos de reconhecimento e mensuração da norma IAS 12 quando existir incertezas sobre o tratamento dos tributos sobre a renda relacionados a impostos ativos ou passivos e correntes ou diferidos, baseados em lucros tributáveis, prejuízos fiscais, bases tributáveis, perdas fiscais não utilizadas, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais. Esta interpretação é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2019. A Companhia avaliou a adoção da norma e não há efeitos relevantes nas informações contábeis;

- Alteração da norma IFRS 3 – Definição de negócio.

Esclarece aspectos para a definição de negócio, de forma a esclarecer quando uma transação deve ter tratamento contábil de combinação de negócios ou aquisição de ativos. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2020. A Companhia não espera impactos significativos em possíveis eventos futuros de combinações de negócios ou aquisição de ativos;

8 Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa	7	4
Bancos conta movimento (a)	25.693	22.822
Aplicação financeira de liquidez imediata (b)	262.747	288.452
Total	288.447	311.278

(a) Consistem de numerários em poder dos bancos, e aplicações financeiras de liquidez imediata à disposição da Companhia, com possibilidade de resgate automático e que apresentam risco insignificante de mudança de valor.

(b) Aplicações financeiras de liquidez imediata à disposição da Companhia, com carteiras compostas, isolada ou cumulativamente, por Títulos Públicos Federais, indexados ao CDI/SELIC e/ou pré-fixados ou por operações compromissadas lastreadas por Títulos Públicos Federais. Apresentam risco insignificante de mudança de valor e possuem rentabilidade média de 107,2% do CDI (93,6% do CDI em 2019). A análise de sensibilidade desses ativos é apresentada na Nota Explicativa nº 04 - Gestão de Riscos.

9 Contas a receber de clientes

	2020	2019
Clientes		
Contas a receber de clientes	902.510	767.666
Contas a receber de partes relacionadas (Nota Explicativa 35)	80.349	71.105
Sub-total cotas a receber (a)	982.859	838.771
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (b)	(576.863)	(426.125)
	405.996	412.646
Demais contas a receber		
Pagamentos de clientes a identificar (c)	(7.475)	(6.944)
Títulos Precatórios a receber – GDF	14.147	14.140
Clientes consórcio Águas Lindas (Nota Explicativa 35)	8.227	7.167
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (b)	(579)	(475)
	14.320	13.888
Total	420.316	426.534
Circulante	391.591	386.817
Não circulante	28.725	39.717

(a) Composição das contas a receber bruto de clientes, por faixa de dias vencidos e por categoria de usuários:

	2020	2019
Contas a receber - bruto de clientes – Circulante	967.182	811.437
Contas a receber - bruto de clientes - Não Circulante	15.541	27.197
Total do contas a receber - bruto de clientes	982.723	838.634

Categoria	A faturar	A vencer	Parceladas	< 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 365 dias	> 365 dias	2020
Residencial	50.370	77.270	48.223	35.606	46.560	46.183	76.230	251.967	632.409
Comercial	15.854	16.700	11.455	7.615	9.532	10.079	20.327	87.641	179.203
Industrial	656	437	361	229	481	517	790	42.520	45.991
Pública	18.465	200	2	3.390	5.933	2.313	6.439	88.378	125.120
	85.345	94.607	60.041	46.840	62.506	59.092	103.786	470.506	982.723
2019	87.459	88.618	92.267	55.860	66.064	54.454	77.757	316.155	838.634

Os valores registrados no não circulante decorrem de operações de renegociação de dívidas (parcelamentos), com prazo superior a 12 meses; atualmente a norma específica – ND.SCO-008, prevê o parcelamento de débitos em até 47 parcelas, seja em parcelamentos em condições normais de negociação, ou em parcelamentos especiais. Nos casos de parcelamentos especiais podem ser autorizados redução nos juros de mora e/ou redução nos juros de parcelamento para possibilitar uma negociação viável, quando o caso se demonstra complexo pelo volume elevado de débitos ou pela quantidade de contas acumuladas. Todos os parcelamentos executados por meio judicial são com características especiais e em sua maioria superiores a 12 parcelas.

Diante dos impedimentos legais para corte durante o período de pandemia e para população de baixa renda (Leis 6603/2020 e 6657/2020), um novo programa de negociação de débitos (PND) para pessoas físicas teve início em 14/12/2020 com previsão de encerramento para 31/03/2021.

- (b) A Companhia registra suas perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa por meio do valor provável de realização, considerando:

Os valores complementares, com base na categorização dos clientes e análise do histórico de perdas para atender ao modelo de perdas incorridas e esperadas estabelecido pelo Pronunciamento Técnico CPC 48. Para que seja constituída provisão para fazer face às eventuais perdas estimadas, é feita análise da carteira de clientes de forma individual e coletiva. A análise individual corresponde à carteira de crédito para cada usuário e a análise coletiva corresponde a um conjunto de devedores segmentados em grupos com características comuns. Os critérios de análise são vários, entre eles é observado o histórico de inadimplência e o atraso de pagamento, localização geográfica do usuário, tipo de pagamento contratado, situação do abastecimento etc. Após estudo feito por comissão interna, a Companhia passou a adotar a premissa de não fazer provisão para perdas em relação aos órgãos do GDF, para os créditos não prescritos e que tenha expectativa de recebimento.

A movimentação na provisão para perdas de contas a receber de clientes da Companhia foi a seguinte:

	2020			2019		
	CAESB	Consórcio	Total	CAESB	Consórcio	Total
Saldo no início do exercício	426.125	475	426.600	333.686	2.182	335.868
Adição	302.949	2.754	305.703	293.659	621	294.280
Reversão/baixa	(152.211)	(2.650)	(154.861)	(201.220)	(2.328)	(203.548)
Saldo no final do exercício	576.863	579	577.442	426.125	475	426.600

- (c) A rubrica "Pagamentos de clientes a identificar" é apresentada como conta redutora do ativo, uma vez que a sua natureza decorre dos valores de arrecadações recebidas, mas com diferenças a maior, a menor ou em duplicidade.

10 Estoques

Os estoques de materiais são destinados ao consumo. O estoque está demonstrado pelo custo médio de aquisição, conforme apresentado abaixo:

	2020	2019
Material de operação, manutenção e obras	29.155	31.752
Materiais administrativos	133	145
Material de operação, manutenção e obras – Águas Lindas	205	-
Total	29.493	31.897

A movimentação dos estoques nos exercícios de 2020 e 2019 foi a seguinte:

	2020	2019
Estoque inicial	31.897	26.211
(+) Aquisições	68.328	62.031
(-) Requisições líquidas	(70.732)	(56.345)
Estoque final	29.493	31.897

11 Tributos a recuperar

A Companhia possui créditos tributários decorrentes de valores retidos pelos órgãos públicos e de valores pagos a maior, que poderão ser compensados em apurações futuras. A elevada variação na conta de PerdComp corresponde à alteração na forma de apuração para regime cumulativo de PIS/COFINS. Até o presente momento a Companhia efetuou as retificações referentes ao exercício de 2014, 2015 e 2016, registrando a receita e o ativo no momento em que o crédito se torna definitivo, ou seja, após resultado do processo administrativo junto à RFB.

Em 31 de dezembro de 2020 a composição dos créditos a recuperar era a seguinte:

	2020	2019
Imposto de Renda e Contribuição Social	300	300
ISS e ICMS	1	1
INSS	354	353
Tributos Federais – PERDCOMP	136.589	45.913
Total	137.244	46.567

12 Outras contas a receber

	2020	2019
Antecipações e pagamentos reembolsáveis a empregados (a)	18.492	19.401
Pessoal cedido a receber (b)	2.071	1.486
Créditos diversos (c)	146	52
Total	20.709	20.939

- (a) Referem-se aos adiantamentos a empregados referentes a férias, débitos de ex-funcionários, insuficiências de saldo, direito de desconto referente à greve de 2016 e outros.
- (b) Refere-se aos valores a receber de pessoal cedido cujo ônus da remuneração ficou a cargo dos órgãos cessionários.
- (c) Valores a receber de empregados e empresas originários de acordos e/ou processos judiciais, benefícios do INSS e tarifas bancárias a serem restituídas.

13 Outros valores a receber

	2020	2019
Aplicações financeiras (a)	15.368	15.754
Depósitos e bloqueios judiciais (b)	9.727	12.719
Total	25.095	28.473

- (a) As aplicações financeiras referem-se às cauções contratuais de fornecedores, que estão aplicadas em poupança, e valores em garantia dos contratos com a Caixa Econômica Federal.
- (b) Os depósitos e as transferências judiciais referem-se aos valores depositados em juízo ou bloqueados e transferidos à disposição da justiça, os quais são atualizados monetariamente e para os quais ainda não houve levantamento pela Companhia ou pela parte contrária na ação judicial.

A movimentação dos depósitos judiciais nos exercícios de 2020 e 2019 está demonstrada a seguir:

	2020			2019		
	Cível	Trabalhista	Total	Cível	Trabalhista	Total
Saldo no início do exercício	168	12.551	12.719	1.024	18.054	19.078
Novos depósitos e bloqueios judiciais	2.803	2.269	5.072	3.615	5.365	8.980
Reversão (Levantamento de Alvará)	(24)	(1.352)	(1.376)	(67)	(1.848)	(1.915)
Alvarás identificados	-	99	99	-	(31)	(31)
Atualização monetária	2	632	634	13	896	909
Compensação com demandas judiciais	(2.804)	(4.617)	(7.421)	(4.417)	(9.885)	(14.302)
Saldo no final do exercício	145	9.582	9.727	168	12.551	12.719

14 Contribuição social - Diferida e corrente

A Companhia possui créditos tributários diferidos decorrentes de diferenças temporárias, cuja composição e natureza são demonstradas a seguir:

	2020	2019	Variação no resultado do exercício	Variação no patrimônio líquido
Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa de clientes	11.904	7.127	4.777	-
Provisão para demandas judiciais	22.152	25.412	(3.260)	-
Base negativa	20.277	745	19.532	-
Déficit atuarial - CPC 33	13.709	12.720	325	664
Outros	1.909	18.318	(16.409)	-
Total do ativo diferido	69.951	64.322	4.965	664
Diferenças temporárias sobre depreciação/amortização	(8.574)	(6.818)	(1.756)	-
Total do passivo diferido	(8.574)	(6.818)	(1.756)	-
Total do ativo diferido líquido	61.377	57.504	3.209	664

As variações elevadas verificadas nas contas outros e base negativa se deram em razão da reclassificação de valores da conta outros para a conta de base negativa de CSLL, bem como em virtude do registro de base negativa no exercício de 2020.

Os valores registrados como despesas de contribuição social foram apurados de acordo com a legislação vigente, conforme demonstramos abaixo:

Contribuição social

	2020	2019
Lucro antes dos impostos	217.992	163.691
Alíquota nominal	9%	9%
Despesa esperada a taxa nominal	<u>(19.619)</u>	<u>(14.732)</u>
Diferenças permanentes	(10.180)	(2.654)
Compensação base negativa de contribuição social	(105.024)	(85.236)
Base de cálculo	<u>102.788</u>	<u>75.801</u>
Contribuição social - 9%	<u>(9.251)</u>	<u>(6.822)</u>
Contribuição social sobre diferenças temporárias	67	(11.078)
Contribuição social corrente	(9.318)	(17.900)

15 Ativos de Contrato (Obras em Andamento)

Conforme estabelecido no CPC 47 / IFRS 15 – Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos da Concessão, devem ser classificados como Ativo de Contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível somente após a conclusão das obras. Com a adoção deste item da norma contábil, a Companhia passou a registrar no balanço patrimonial a rubrica Ativo de Contrato.

Capitalização de Juros e Encargos Financeiros: Os juros e demais encargos financeiros relacionados a financiamentos de obras em andamento, são apropriados ao custo destas, até a conclusão da construção e/ou instalação, após esse período os referidos encargos são apropriados como despesa financeira.

Apresentamos abaixo a movimentação do grupo:

Descrição	31/12/2019	Adições	Capitalização de juros	Transferências	Saldo em 31/12/2020
Obras do Sistema de Abastecimento de Água	-	104.492	2.616	226.717	333.825
Obras do Sistema de Esgotamento Sanitário	-	97.890	2.368	170.907	271.165
	-	<u>202.382</u>	<u>4.984</u>	<u>397.624</u>	<u>604.990</u>

O saldo de obras em andamento é composto por 70 contratos de obras de ampliação e implantação de Sistemas de Abastecimento de Água, de Coleta e Tratamento de Esgotos e Automação das Unidades Operacionais em todo o Distrito Federal e Entorno.

No exercício de 2020, foram capitalizados juros e demais encargos financeiros incorridos sobre os recursos de terceiros, no montante de R\$ 4.984 (R\$ 4.840 em 2019)

16 Ativo Financeiro – Concessões

O Ativo financeiro é composto pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços, no prazo do contrato e que deverão ser indenizados pelo poder concedente ao término do contrato de concessão.

Em 31 de dezembro de 2020 a composição dos ativos financeiros de concessões era a seguinte:

a. Composição

	2020	2019
Ativos financeiros indenizáveis		
- Sistema de Abastecimento de Água	614.559	491.309
- Sistema de Esgotamento Sanitário	641.018	700.623
Total	1.255.577	1.191.932

b. Movimentação

Natureza	Saldo em 2019	Transferências	Saldo em 2020
Ativos financeiros indenizáveis			
- Sistemas de abastecimento de água	491.309	123.250	614.559
- Sistemas de esgotamento sanitário	700.623	(59.605)	641.018
Total	1.191.932	63.645	1.255.577

17 Investimentos

2020

Descrição	Participação	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) exercício coligadas	Saldo contábil do investimento	Resultado de equivalência patrimonial
Corumbá Concessões S.A.	6,1364%	379.110	58.306	23.264	3.578
Companhia do Metropolitano do Distrito Federal	0,0007%	1.880.845	(70.898)	12	(1)
				23.276	3.577

2019

Descrição	Participação	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) exercício Coligadas	Saldo contábil do investimento	Resultado de equivalência patrimonial
Corumbá Concessões S.A.	6,1364%	320.804	126.514	19.686	222
Companhia do Metropolitano do Distrito Federal	0,0007%	1.951.743	(111.628)	13	(1)
				19.699	221

18 Imobilizado

a. Composição

Natureza	2020			2019		
	Custo	Depreciação acumulada	Total líquido	Custo	Depreciação acumulada	Total líquido
Terrenos	34.731	-	34.731	34.731	-	34.731
Edificações	66.915	(22.343)	44.572	58.102	(21.487)	36.615
Instalações	7.517	(5.009)	2.508	7.517	(4.699)	2.818
Redes Adutoras Corumbá	112.307	-	112.307	-	-	-
Computadores e periféricos	27.848	(20.264)	7.584	24.702	(17.362)	7.340
Móveis e utensílios de escritório	13.486	(9.987)	3.499	13.573	(9.532)	4.041
Máquinas e equipamentos	35.877	(10.445)	25.432	32.547	(8.988)	23.559
Veículos	15.459	(10.819)	4.640	15.348	(9.697)	5.651
Aparelhos de som/áudio/comunicação	2.728	(2.368)	360	2.736	(2.328)	408
Aparelhos e utensílios domésticos e de refrigeração	4.203	(2.608)	1.595	3.378	(2.512)	866
Instrumentos de medição e precisão	20.616	(10.409)	10.207	18.840	(8.990)	9.850
Projetos e obras em andamento	158.815	-	158.815	267.173	-	267.173
Ativos de direito de uso	11.857	(3.492)	8.365	18.156	(10.738)	7.418
Outros	323	(269)	54	312	(236)	76
Total	512.682	(98.013)	414.669	497.115	(96.569)	400.546

b. Movimentação

Natureza	Saldo em 2019	Adições	Baixas e alienações	Transferências	Depreciação	Saldo em 2020
Terrenos	34.731	-	-	-	-	34.731
Edificações	36.615	-	-	8.813	(856)	44.572
Instalações	2.818	-	-	-	(310)	2.508
Redes Adutoras Corumbá	-	40.845	-	71.462	-	112.307
Computadores e periféricos	7.340	3.082	-	71	(2.909)	7.584
Móveis e utensílios de escritório	4.041	22	(1)	-	(563)	3.499
Máquinas e equipamentos	23.559	1.976	-	1.358	(1.461)	25.432
Veículos	5.651	40	-	71	(1.122)	4.640
Aparelhos de som/áudio/comunicação	408	1	(1)	-	(48)	360
Aparelhos e utensílios domésticos e de refrigeração	866	769	-	56	(96)	1.595
Instrumentos de medição e precisão	9.850	1.693	-	83	(1.419)	10.207
Projetos e obras em andamento	267.173	(27.521)	-	(80.837)	-	158.815
Ativos de direito de uso	7.418	(6.300)	-	-	7.247	8.365
Outros	76	10	-	-	(32)	54
Total	400.546	14.617	(2)	1.077	(1.569)	414.669

Natureza	Saldo em 2018	Adições	Baixas e alienações	Transferências	Depreciação	Saldo em 2019
Terrenos	41.266	-	-	-	-	41.266
Edificações	36.708	-	-	-	(903)	35.805
Instalações	156	-	-	-	(94)	62
Computadores e periféricos	10.814	151	-	881	(2.878)	8.968
Móveis e utensílios de escritório	3.531	329	-	117	(470)	3.507
Máquinas e equipamentos	20.128	5.242	1	(16.717)	(3.168)	5.486
Veículos	5.047	2.247	-	-	(1.253)	6.041
Aparelhos de som/áudio/comunicação	539	78	1	-	(92)	526
Aparelhos e utensílios domésticos e de refrigeração	912	2	-	-	(106)	808
Instrumentos de medição e precisão	6.059	4.275	-	113	(1.121)	9.326
Projetos e obras em andamento	232.669	23.940	-	(8.082)	-	248.527
Outros	108	10	-	-	(21)	97
Total	357.937	36.274	2	(23.688)	(10.106)	360.419

19 Intangível

a. Composição

Natureza	2020			2019		
	Custo	Amortização acumulada	Total líquido	Custo	Amortização acumulada	Total líquido
Em operação						
- Sistemas de abastecimento de água	842.631	(500.840)	341.791	930.074	(469.158)	460.916
- Sistemas de esgotamento sanitário	686.608	(446.758)	239.850	569.992	(423.105)	146.887
- Equipamentos operacionais	36.126	(20.832)	15.294	34.252	(18.493)	15.759
Em andamento						
- Obras no sistema de abastecimento de água	-	-	-	248.166	-	248.166
- Obras no sistema de esgotamento sanitário	-	-	-	231.144	-	231.144
- Bens de uso geral	-	-	-	-	-	-
Ativos de Arrendamento	5.311	(616)	4.695	5.311	(616)	4.695
Sistemas, aplicativos e <i>softwares</i>	9.561	(4.087)	5.474	9.562	(1.832)	7.730
Total	1.580.237	(973.133)	607.104	2.028.501	(913.204)	1.115.297

b. Movimentação

Natureza	Saldo em 2019	Adições	Baixas e alienações	Transferências (i)	Amortização	Saldo em 2020
Em operação						
- Sistemas de abastecimento de água	460.916	(3.641)	(9)	(83.784)	(31.691)	341.791
- Sistemas de esgotamento sanitário	146.887	(19.127)	-	135.743	(23.653)	239.850
- Equipamentos operacionais	15.759	1.434	-	439	(2.338)	15.294
Em andamento						
- Obras no sistema de abastecimento de água	248.166	20.425	-	(268.591)	-	-
- Obras no sistema de esgotamento sanitário	231.144	15.009	-	(246.153)	-	-
- Bens de uso geral	-	-	-	-	-	-
Ativos de Arrendamento	4.695	-	-	-	-	4.695
Sistemas, aplicativos e <i>softwares</i>	7.730	-	-	-	(2.256)	5.474
Total	1.115.297	14.100	(9)	(462.346)	(59.938)	607.104

- (i) As transferências foram realizadas internamente no próprio grupo e parte para os ativos imobilizado e financeiro (vide Notas Explicativas nº 16 e 18).

Natureza	Saldo em 2018	Adições	Baixas e alienações	Transferências (a)	Amortização	Saldo em 2019
Ativos financeiros indenizáveis (a)						
- Sistemas de abastecimento de água	486.800	-	-	4.512	-	491.312
- Sistemas de esgotamento sanitário	604.853	-	-	38.192	-	643.045
Em operação						
- Sistemas de abastecimento de água	437.364	(8.918)	-	13.866	(33.918)	408.394
- Sistemas de esgotamento sanitário	207.528	(18.544)	(20)	15.080	(27.202)	176.842
- Equipamentos operacionais	-	-	-	17.416	-	17.416
Em andamento (b)						
- Obras no sistema de abastecimento de água	125.316	79.265	-	(7.908)	-	196.673
- Obras no sistema de esgotamento sanitário	193.551	46.132	-	(51.767)	-	187.916
- Bens de uso geral	2.452	3.824	-	(5.703)	-	573
Sistemas, aplicativos e <i>softwares</i>	1.577	-	-	-	(394)	1.183
Total	2.059.441	101.759	(20)	23.688	(61.514)	2.123.354

- (a) Os valores demonstrados como ativo financeiro foram transferidos para o grupo específico "ativo financeiro – concessões" (nota explicativa nº 16).

- b. O saldo de obras em andamento é composto por contratos de obras de ampliação e implantação de Sistemas de Abastecimento de Água, de Coleta e Tratamento de Esgotos e Automação das Unidades Operacionais em todo o Distrito Federal e Entorno.

20 Arrendamento Mercantil

A Companhia aplicou os requisitos do CPC 06 (R2)/IFRS 16 a partir do exercício de 2020 e identificou a presença de arrendamento nos contratos de locação de veículos, imóveis e faixas de servidão, nos quais o controle de uso do ativo está em poder da arrendatária.

A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de alugueis, ajustados a valor presente, utilizando-se a taxa da última captação realizada pela Companhia. As obrigações decorrentes destes contratos estão demonstradas na nota explicativa nº 22.5.

O prazo do arrendamento foi definido com observância aos normativos internos e à legislação aplicável às licitações e contratos. Assim, em que pese o fato de os contratos não possuírem prorrogação automática, o prazo do arrendamento tomou por base a intenção da companhia em manter o contrato mediante a realização de aditivos, sempre limitado ao prazo máximo legal de 60 meses.

Em 31 de dezembro de 2020 o valor contábil para cada categoria de ativos sob compromisso de Arrendamento Mercantil registrado no Ativo Imobilizado e Intangível está demonstrado a seguir:

Descrição	2020			2019		
	Custo	Depreciação acumulada	Total líquido	Custo	Depreciação acumulada	Total líquido
Veículos	10.694	(2.751)	7.943	17.270	(10.377)	6.893
Imóveis	1.163	(742)	421	886	(361)	525
Faixas de servidão	5.311	(615)	4.696	5.311	(615)	4.696
Total de Arrendamento Mercantil	17.168	(4.108)	13.060	23.467	(11.353)	12.114
Imobilizado	11.858	(3.493)	8.365	18.156	(10.738)	7.418
Intangível	5.310	(615)	4.695	5.311	(615)	4.696

21 Fornecedores e outras contas a pagar

	2020	2019
Fornecedores de Bens e Materiais	17.745	11.095
Prestadores de Serviço	67.362	62.575
Empreiteiros	15.756	24.655
Cauções/Retenções Contratuais	3.482	3.310
Consignações a recolher	6.640	7.026
Dividendos a pagar	22.578	-
Obrigações com clientes (a)	17.118	15.562
Obrigações Judiciais	28.096	30.996
Provisão TFS e TFU	6.357	5.706
Circulante	185.134	160.925
Obrigações especiais (b)	181.349	172.625
Não circulante	181.349	172.625
Total	366.483	333.550

- (a) As obrigações com clientes referem-se ao incentivo à redução do consumo de água no Distrito Federal instituído pela Lei nº 4.341, de 22 de junho de 2009. Segundo a referida lei, todos os titulares de unidades consumidoras de água, residencial, comercial ou industrial, que reduzirem o consumo de água, terão direito a um bônus desconto de 20% (vinte por cento) sobre a economia realizada. Essa lei foi disciplinada pela Resolução nº 6, de 5 de julho de 2010 da ADASA. A rubrica também é composta de antecipações e restituições de faturamento.

- (b) A Companhia reconhece nessa rubrica os recursos recebidos a título de repasses da União no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), após pacificação do entendimento, como obrigações Especiais, bem como os valores da tarifa de contingência que ainda não estão vinculados a custos operacionais adicionais eficientes. Essa forma de contabilização visa a atender as necessidades regulatórias da ADASA e dar transparência ao processo. Somente foram considerados como custos adicionais eficientes os valores previamente autorizados em resolução específica.

22 Empréstimos e financiamentos

Entidade/Instituição	2020	2019
Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal (Nota Explicativa 35)	92.548	80.324
Banco do Brasil S.A. (Nota Explicativa 22.1)	16.288	32.533
Banco Caixa Econômica Federal S.A (Nota Explicativa 22.2)	24.620	36.931
Banco Interamericano de Desenvolvimento (moeda estrangeira) (Nota Explicativa 22.3)	57.555	46.779
Banco ABC Brasil S.A. (Nota Explicativa 22.4)	6.494	6.505
Circulante	197.505	203.072
Banco do Brasil S.A. (Nota Explicativa 22.1)	-	24.840
Banco Caixa Econômica Federal S.A. (Nota Explicativa 22.2)	97.225	144.089
Banco Interamericano de Desenvolvimento (moeda estrangeira) (Nota Explicativa 22.3)	731.517	527.532
Banco ABC Brasil S.A. (Nota Explicativa 22.4)	1.081	7.568
Não circulante	829.823	704.029
Total	1.027.328	907.101

Movimentação dos empréstimos e financiamentos referentes ao exercício de 2020 e 2019:

	2020	2019
Saldo no início do exercício	907.101	818.416
(+) Liberações	109.992	193.990
(+) Juros e encargos	33.619	43.056
(+) Variações monetárias e cambiais	169.534	12.641
(-) Juros, variações e encargos pagos	(32.103)	(38.385)
(-) Amortizações	(160.815)	(122.617)
Saldo no final do exercício	1.027.328	907.101

Os índices de indexação, a taxa de juros e o prazo de vencimento dos contratos de empréstimos e financiamentos estão evidenciados no quadro abaixo, em 31 de dezembro de 2020:

	Qtde. Contrato	Indexador	Taxa nominal % a.a.	Garantia	Ano do vencimento
Banco do Brasil (capital de giro)	02	CDI	1,8%	Recursos próprios	2021
Caixa Econômica Federal	16	TR	6% a 12%	Recursos próprios	2035
BID	02	Libor+Margem BID	1,12 a 3,11%	Fiança	2039
Banco ABC Brasil S.A.	01	CDI	2,10%	Recursos próprios	2022

Demonstramos por faixa de vencimento dos empréstimos e financiamentos:

	2020	2019
2020 (a)	92.547	202.201
2021	108.118	100.329
2022	81.650	70.895
2023	76.947	64.595
2024 em diante	<u>668.066</u>	<u>469.081</u>
Total	<u>1.027.328</u>	<u>907.101</u>

(a) O montante referente ao exercício de 2020 no valor de 92.547 (80.324 em 2019), é referente ao financiamento devido e vencido à Secretaria de Obras, vinculado ao GDF, que apesar de estar classificado como dívida vencida, há previsão de compensação com contas de água e esgotos a receber do GDF, conforme previsto no Contrato 001/2001-SO/SEFP/DF, sem data pré-determinada para realização.

Demonstrativo por categoria (empréstimos e financiamentos):

	2020	2019
Empréstimos (*)	23.863	61.926
Financiamentos	<u>1.003.465</u>	<u>845.175</u>
Total	<u>1.027.328</u>	<u>907.101</u>

(*) Em 31 de dezembro de 2020, o saldo referente aos empréstimos é composto por R\$ 7.575 do Banco ABC e R\$ 16.288 do Banco do Brasil.

22.1 Banco do Brasil (BB)

(i) Principais eventos

Em 31 de dezembro de 2020, estão registrados 02 (dois) contratos que abrangem abertura de crédito (capitais de giro) – Contratos nº 330.700.953 e 330.700.965.

Em 31 de dezembro de 2020, totaliza no passivo o valor de R\$ 16.288, totalmente registrado no circulante.

Os contratos de empréstimos são garantidos por penhor cédular, duplicatas físicas mercantis e/ou prestação de serviços, provenientes das faturas dos serviços de abastecimento de água, esgoto e prestação de outros serviços vencíveis a prazo de até 180 dias, aqui consideradas, para todos os efeitos legais, bens fungíveis, transferidas ao Banco do Brasil S.A., de forma que o lastro total constituído oscila de, no mínimo, 10% do saldo devedor atualizado da dívida.

Em 29/01/2020 houve a liquidação antecipada do contrato nº 40.01029-5 e em 08/12/2020 do contrato nº 40.01272-7.

Em 27/05/2020 houve o encerramento do contrato nº 330.700.984 – Contrato Conta Garantida.

(ii) Covenants

Para os Contratos nº 330.700.953 e nº 330.700.965, consta cláusula especial quanto à manutenção da relação Dívida Líquida/Ebitda em patamar menor ou igual a 3,5 vezes e

Ebitda/Resultado Financeiro em patamar maior ou igual a 2,5 vezes, por todo o período de vigência destes, a ser calculada anualmente com base nos demonstrativos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia alcançou os índices definidos nos contratos.

(iii) **Cross default**

A Companhia não possui contratos de empréstimos e de financiamentos com cláusulas de *cross default* com essa instituição financeira.

22.2 Caixa Econômica Federal (CEF)

(i) **Principais eventos**

Estão registrados diversos contratos de financiamento, com recursos oriundos do FGTS, destinados à implantação, à ampliação e/ou à melhoria dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário do Distrito Federal.

Em 10/03/2020 houve a liquidação antecipada dos contratos nº 155.455-68, 180.172-68 e 228.525-53 e em 16/12/2020 dos contratos nº 180.169-11 e 180.173-72.

A Companhia, adicionalmente, deverá manter para alguns contratos específicos à Caixa Econômica Federal, na vigência dos contratos de financiamentos, uma conta garantia, cujo saldo em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 11.863 (R\$ 11.060 em 31 de dezembro de 2019), sendo este corrigido pela variação da poupança.

(ii) **Cross default**

A Companhia não possui contratos de empréstimos e de financiamentos com cláusulas de *cross default* com essa instituição financeira.

22.3 Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

(i) **Principais eventos**

Em 31 de dezembro de 2020, estão registrados dois contratos de financiamentos.

a. **Contrato de Empréstimo nº 1288/OC-BR (GDF x BID) intermediado pelo GDF por meio do Contrato nº 001/2001-SO/SEFP/DF (GDF x CAESB).**

Em 29 de outubro de 2001, a CAESB firmou com o Governo do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Infraestrutura e Obras, o Contrato nº 001/2001-SO/SEFP/DF, referente à execução do Subprograma "Aumento da cobertura e melhoria da administração dos serviços de água e esgotos", integrante do Programa de Saneamento Básico do DF, financiado em parte pelo BID, por intermédio do Contrato de Empréstimo nº 1288/OC-BR, firmado em 11 de junho de 2001 entre o GDF e o BID.

O Contrato de Empréstimo nº 1288/OC-BR possui a República Federativa do Brasil como fiadora da operação de crédito externa.

O período de carência do Contrato de Empréstimo nº 1288/OC-BR é de 10 (dez) semestres com amortização em 40 (quarenta) parcelas semestrais, e o vencimento da primeira ocorreu em dezembro de 2006 e a última será em junho de 2026.

O Contrato nº 001/2001-SO/SEFP/DF estabelece a transferência de recursos financeiros entre a Coexecutora (CAESB) e a Executora (Governo do Distrito Federal).

As prerrogativas e os deveres estabelecidos no Contrato nº 001/2001-SO/SEFP/DF englobam desde a liberação de valores correspondentes às etapas já executadas e atestadas pelo GDF, até os ressarcimentos das parcelas do serviço da dívida (incluindo principal, juros e outros encargos), de responsabilidade da CAESB, provenientes do Contrato de Empréstimo nº 1288/OC-BR.

O ressarcimento financeiro é feito na proporção equivalente às parcelas liberadas pelo BID e transferidas pela Executora (Governo do Distrito Federal) à Coexecutora (CAESB), acrescido na mesma proporcionalidade das parcelas que vierem a ser incorporadas pelo BID ao saldo devedor do Contrato de Empréstimo nº 1288/OC-BR.

Os riscos cambiais da operação são compartilhados pelo Governo do Distrito Federal e pela CAESB na proporção equivalente às liberações dos recursos à conta do Contrato de Empréstimo nº 1288/OC-BR, quando do pagamento das despesas com os serviços da dívida do referido contrato de empréstimo (ressarcimento).

O Contrato nº 001/2001-SO/SEFP/DF determina à CAESB, quando do ressarcimento ao Distrito Federal de suas parcelas de responsabilidade do serviço da dívida do Contrato de Empréstimo nº 1288/OC-BR (incluindo principal, juros e outros encargos), identificar os valores de seus créditos relativos a contas de água e esgoto de Órgãos da Administração Direta e Fundacional do Distrito Federal, para efeitos de compensação, não podendo ficar a descoberto saldo a ser ressarcido.

As tratativas quanto à compensação supracitada se encontram em fase de negociação entre a CAESB e o GDF.

Em 31 de dezembro de 2020, totaliza no passivo o valor de R\$ 205.015, deste montante R\$ 112.467 referem-se à dívida com o BID, sendo registrados no circulante R\$ 20.612 e no não circulante R\$ 91.854. Do total desse passivo, R\$ 92.548 referem-se à dívida com o GDF, em razão da não realização da compensação de valor entre o GDF e a CAESB, valor este registrado no circulante.

b. Contrato nº 3168/OC - BR

Empréstimo contraído em 2014 com o BID, que consiste em reduzir a sobrecarga dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário existentes no Distrito Federal, por meio da melhoria e expansão da rede de água potável e de esgoto sanitário a condomínios e regiões periféricas e do fortalecimento da gestão da Companhia.

O período de carência será de 10 (dez) semestres com amortização em 40 (quarenta) parcelas semestrais, sendo o vencimento da primeira em dezembro de 2020 e a última em junho de 2039.

A operação de crédito externa possui como fiadora a República Federativa do Brasil e como garantidor o Distrito Federal.

Em 31 de dezembro de 2020, totaliza no passivo o valor de R\$ 676.606, sendo registrados no circulante R\$ 36.943 e no não circulante R\$ 639.663.

(ii) Cross default

A Companhia não possui contratos de empréstimos e de financiamentos com cláusulas de *cross default* com essa instituição financeira.

22.4 Banco ABC Brasil S.A.

(i) Principais eventos

A Companhia captou em 30 de agosto de 2018 uma nova operação de crédito (modalidade capital de giro), no valor de R\$ 20.000, com o Banco ABC Brasil S.A. Os juros remuneratórios correspondem a 100% do CDI Over DI - CETIP, capitalizados diariamente, acrescidos de taxa de 2,10% a.a., calculada de forma exponencial *pro rata temporis*. O prazo de vencimento é 22 de fevereiro de 2022.

Em 31 de dezembro de 2020, totaliza no passivo o valor de R\$ 7.575, sendo registrados no circulante R\$ 6.494 e no não circulante R\$ 1.081.

(ii) Cross default

A Companhia possui contratos de empréstimos e de financiamentos com cláusulas de cross default com essa instituição financeira somente para caso de inadimplemento, falência, protestos e alteração de objeto social. Os indicadores são constantemente monitorados, a fim de evitar a execução de tais cláusulas.

22.5 Arrendamento Mercantil

Em 31 de dezembro de 2020 o valor presente das obrigações financeiras futura mínimas referente ao Arrendamento Mercantil está demonstrado abaixo:

Descrição	2020			12/2019		
	Pagamentos futuros mínimos	Encargos financeiros	Valor presente dos pagamentos futuros	Pagamentos futuros mínimos	Encargos financeiros	Valor presente dos pagamentos futuros
Veículos	8.282	(340)	7.942	7.120	(227)	6.893
Imóveis	445	(23)	422	565	(40)	525
Faixas de servidão	7.212	(2.516)	4.696	7.212	(2.516)	4.696
Total de Arrendamento Mercantil	15.939	(2.879)	13.060	14.897	(2.783)	12.114
Circulante	9.015	(521)	8.494	8.104	(424)	7.680
Não Circulante	6.924	(2.358)	4.566	6.793	(2.359)	4.434

23 Obrigações fiscais

Descrição	2020	2019
PASEP a recolher	1.009	951
COFINS a recolher	4.655	4.388
CSLL a recolher	12.209	6.439
INSS a recolher	11.500	12.090
Imposto de Renda Retido na Fonte	10.037	9.625
Substituição tributária COFINS/CSLL/PASEP	969	1.160
Impostos estaduais e municipais	2.961	1.925
Tributo parcelado (a)	-	840
Circulante	43.340	37.418

- (a) Refere-se a um parcelamento com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e um parcelamento ordinário com a Receita Federal do Brasil, atinentes a débitos dos exercícios de 2010 a 2013, cuja quitação ocorreu no mês de abril de 2020.

24 Obrigações trabalhistas e previdenciárias

Descrição	2020	2019
Ordenados e salários a pagar	159	260
Encargos sociais e previdenciários	3.723	3.592
Outras obrigações trabalhistas e previdenciárias	1.180	1.047
Provisão de pessoal	49.805	46.477
Obrigações sociais sobre provisão	19.338	17.946
Total	74.205	69.322

25 Benefícios a empregados

	2020	2019
Participação nos Resultados e Indenizações Vitalícias	4.927	19.130
Benefícios previdenciários (Nota Explicativa 25.2)	16.201	14.801
Benefícios assistenciais (Nota Explicativa 25.3)	2.441	2.862
Programa de demissão voluntária (Nota Explicativa 25.4)	94.421	92.231
Circulante	117.990	129.024
Benefícios previdenciários (Nota Explicativa 25.2)	294.121	287.699
Benefícios assistenciais (Nota Explicativa 25.3)	738	1.027
Programa de demissão voluntária (Nota Explicativa 25.4)	174.642	205.327
Indenizações Vitalícias	1.051	1.302
Não circulante	470.552	495.355
Total	588.542	624.379

25.1 Programa de Participação nos Resultados (PPR)

De acordo com o estabelecido no Acordo Coletivo de Trabalho vigente, o valor do Programa de Participação nos Resultados é estipulado considerando a distribuição de 30% (trinta por cento) de uma parcela do resultado operacional, que venha a ser obtido pela CAESB no ano de vigência do Programa, limitado a 1,0 (uma) folha de remuneração mensal, desde que o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE apresente resultado positivo e haja disponibilidade orçamentária e financeira, mediante o estabelecimento de metas (globais e setoriais).

Conforme previsto no ACT vigente, o valor da PPR é distribuído de forma linear para todos os beneficiários, em parcela única, no mês de abril do exercício seguinte ao de referência do programa. O valor passível de distribuição referente ao exercício de 2020 foi de R\$ 4,6 milhões.

25.2 Benefícios previdenciários

A Fundiágua - Fundação de Previdência da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, instituída e patrocinada pela CAESB e pela própria Fundiágua, classificada como pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por objetivo principal criar, executar e operar planos de benefícios previdenciários e assistenciais.

A Fundiágua é responsável pela administração de três Planos Previdenciários:

25.2.1 Plano I - Benefício Definido (BD)

Nesse Plano, o valor do benefício a ser concedido ao participante encontra-se previamente definido no regulamento e corresponde à média dos 36 últimos Salários de Contribuição (corrigidos mensalmente pelo INPC) menos o valor atribuído ao benefício do INSS. Participam do programa os empregados admitidos na Companhia até 1º de abril de 1994, identificando uma população fechada (56 participantes). Este plano está em extinção.

25.2.2 Plano II - Benefício Saldado (BS)

Consiste num Plano de Benefício Definido, não contributivo, resultante da opção de transferência de participantes do Plano I para este Plano Saldado, com a garantia de recebimento futuro, quando de suas aposentadorias, dos benefícios anteriormente contratados, proporcionais ao tempo decorrido até então. Esses benefícios foram devidamente valorizados e as respectivas reservas transformadas em poupanças pessoais, garantidas, na parte ainda não integralizada, por um contrato de cobertura financeira entre a Patrocinadora e a administradora do programa.

Em obediência à legislação previdenciária foi aprovado plano de equacionamento para o déficit técnico apurado, assim, este plano estará recebendo contribuições extraordinárias da patrocinadora e dos participantes, a partir de fevereiro de 2017. Este plano está fechado para novas inscrições.

Em 02 de dezembro de 2020, a Companhia encaminhou a Carta nº 01/2020 para a Fundiágua solicitando a retirada de patrocínio do Plano II (Benefício Saldado). Assim, em observância à legislação aplicável, a Fundação deu início às tratativas junto à PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar, que analisará e acompanhará todo o processo e o cumprimento das obrigações perante aos participantes e assistidos.

25.2.3 Plano III - Benefício Misto (BM)

O Plano III da Fundiágua está na modalidade de contribuição definida durante a fase de capitalização. Os benefícios são concedidos em função da poupança acumulada em nome de cada participante, incluindo as contribuições normais vertidas por estes e pela Patrocinadora, em igualdade de aportes. Uma vez concedido, o benefício torna-se uma renda vitalícia em que os riscos, relativamente às probabilidades de sobrevivência e mortes consideradas, são assumidos mutuamente.

Devido à flexibilidade contributiva do Plano III, o participante poderá escolher o percentual de contribuição. A participação da Companhia é paritária às contribuições mensais do participante até o teto estipulado que é anualmente revisado. Atualmente, apenas o Plano III está aberto à entrada de novos participantes.

25.2.4 Avaliação atuarial

Nesta Nota Explicativa são demonstrados o passivo e as despesas relacionadas aos Planos de Benefícios aos empregados: previdenciários e assistenciais; de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) e com o laudo preparado por um atuário independente na data-base de 31 de dezembro de 2020.

A Companhia possui uma dívida contratada previamente com a Fundiágua, por meio do contrato nº 6.937/06, que se refere ao déficit atuarial da Avaliação de 31 de dezembro de 2004 dos planos I e II. O montante inicial apurado foi de R\$ 121.252 a ser amortizado pelo Sistema Price, em 360 prestações mensais e sucessivas. Sobre o saldo devedor há incidência de juros reais equivalentes a 6% (seis por cento) a.a., reajustados mensalmente pela variação do INPC/IBGE do mês anterior ao vencimento da prestação.

Os cálculos foram realizados para a data-base de 31 de dezembro de 2020 e as conclusões do relatório sobre essa situação atuarial estão demonstradas nos quadros seguintes:

Evolução da obrigação atuarial

	Plano I	Plano II	Seguro
Valor presente da obrigação atuarial em 31/12/2019	30.736	717.057	1.027
Custo dos juros	2.093	48.843	-
Custo do serviço corrente	144	-	-
Benefícios pagos pelo fundo	(1.826)	(48.548)	-
(Ganhos)/perdas atuariais sobre a obrigação atuarial	(1.038)	(9.453)	(289)
Valor presente da obrigação em 31/12/2020	<u>30.109</u>	<u>707.899</u>	<u>738</u>

Evolução dos direitos dos planos

	Plano I	Plano II	Seguro
Valor justo dos ativos do plano em 31/12/2019	19.146	288.067	-
Rendimento esperado dos ativos do plano	863	16.456	-
Contribuições	807	32.501	-
Benefícios pagos pelo fundo	(1.826)	(48.548)	-
Ganhos/(perdas) atuariais sobre os ativos do plano	(64)	(29.029)	-
Valor justo dos ativos do plano em 31/12/2020	<u>18.926</u>	<u>259.447</u>	-
Obrigações Liquidadas em 31/12/2020	<u>(11.183)</u>	<u>(448.452)</u>	<u>(738)</u>
Dívida Contratada	<u>4.243</u>	<u>152.229</u>	-
Parcela dos participantes	<u>3.470</u>	<u>148.112</u>	-
Obrigações remanescentes 31/12/2020	<u>(3.470)</u>	<u>(148.111)</u>	<u>(738)</u>

As obrigações estão demonstradas a seguir

	2020	2019
Parcela contributiva mensal	2.267	2.211
Dívida contratada	<u>13.933</u>	<u>12.590</u>
Circulante	16.200	14.801
Plano I - BD	3.470	3.626
Plano II - BS	148.111	136.665
Dívida contratada	<u>142.540</u>	<u>147.408</u>
Não circulante	294.121	287.699
Total dos benefícios previdenciários	<u>310.321</u>	<u>302.500</u>

25.3 Benefícios assistenciais

25.3.1 Fundação de Previdência - Fundiágua

Na área assistencial, a Fundiágua é responsável pela gestão dos planos odontológicos, do programa saúde e do programa farmácia, todos de adesão facultativa.

Com relação ao Plano de Saúde, a Fundiágua oferece alguns tipos de Planos Médico/Hospitalar, de forma contributiva com participação do participante e da Companhia, o participante tem a opção escolher um Plano Quarto Individual com acomodação em quarto privativo ou Enfermaria em Quarto Coletivo. Destacamos que os planos possuem Redes Credenciadas diferentes, mas possuem as mesmas Coberturas.

Além do valor mensal, definido pela aplicação da tabela de manutenção mensal, conforme faixa etária do titular e seus dependentes, serão cobradas, quando da utilização do plano, 20% de coparticipação (fator moderador) para os eventos de consultas e exames de baixa complexidade. Quanto aos exames de alta complexidade e internação (superior a 12 horas), estes são isentos de qualquer cobrança de utilização. O superávit apresentado para o Plano de Saúde está discriminado abaixo. Por se tratar de ativo contingente, o referido valor não foi registrado.

	2020	2019
Alterações nas obrigações		
Obrigações com benefícios projetados no início do exercício	5.886	8.304
Custo dos juros	-	-
Benefícios pagos adiantados	-	-
(Ganhos) ou perdas atuariais	3.964	(2.418)
	<hr/>	<hr/>
Obrigações com benefícios projetados no fim do exercício	9.850	5.886
Alterações nos ativos financeiros		
Valor justo dos ativos no início do exercício	15.732	13.422
Retorno dos investimentos	219	509
Ganhos ou (perdas) atuariais	520	1.801
Valor justo dos ativos no fim do exercício	16.471	15.732
	<hr/>	<hr/>
Obrigações líquidas reconhecidas no final do exercício	6.621	9.846

25.3.2 Clube Social CAESB - CAESO

Na área assistencial, o CAESO é responsável pela gestão do Seguro de Vida, de adesão facultativa.

Quanto ao seguro de vida em grupo, a CAESB mantém apólices de seguro de vida em grupo para empregados em atividade e estende a possibilidade de adesão aos aposentados. Mesmo arcando com a totalidade dos prêmios, há a identificação de passivo pós-emprego, uma vez que o prêmio é coletivo, equalizando para ambas as massas populacionais, ativos e aposentados. Como o prêmio calculado separadamente para a massa de inativos é maior que o da massa ativa, ocorre a transferência indireta de prêmios pagos, gerando um subsídio da Companhia.

Os cálculos foram realizados para a data-base de 31 de dezembro de 2020, e as conclusões do relatório sobre essa situação atuarial estão demonstradas nos quadros seguintes:

	2020	2019
Alterações nas obrigações		
Obrigações com benefícios projetados no início do exercício	1.027	621
Ajustes efetuados no exercício (Ganhos) ou perdas atuariais	(289)	406
Obrigações com benefícios projetados no fim do exercício	738	1.027
Obrigações líquidas reconhecidas no final do exercício	<u>(738)</u>	<u>(1.027)</u>

As obrigações estão apresentadas a seguir

	2020	2019
Plano de saúde	2.441	2.849
Seguro de vida	-	13
Circulante	2.441	2.862
Obrigações assistenciais líquidas	<u>738</u>	<u>1.027</u>
Não circulante	738	1.027
Total dos benefícios assistenciais	<u>3.179</u>	<u>3.889</u>

25.4 Programa de Demissão Voluntária

A Companhia estabeleceu um novo Plano de Desligamento Voluntário (PDV) em 2018. Os empregados interessados que atendiam às exigências do programa efetuaram suas inscrições e somente aderiram ao Programa quando foram convidados a assinar o Termo de Adesão. Dessa forma, suas rescisões foram homologadas. No total, 423 pessoas foram desligadas até 30 de abril de 2020, data de encerramento do programa.

Os incentivos do programa compreendem as verbas rescisórias, prêmio de 35% aplicados sobre o saldo do FGTS para fins rescisórios, assistência à saúde do empregado e de seu cônjuge e prêmio financeiro temporário que será pago durante 60 meses; anualmente, na data-base de maio, o PFT sofre atualização com base no INPC acumulado dos últimos 12 meses. A Companhia realiza o registro mensalmente, a título de provisionamento da atualização pela variação do INPC acumulado do período. Conforme previsto no regulamento do programa, não é permitida a adoção de eventuais índices negativos.

Os valores de PDV classificados no passivo circulante e não circulante estão abaixo demonstrados. Nos montantes registrados estão os saldos referentes ao programa de 2018 e também o saldo pendente de pagamento do programa de 2013:

	2020	2019
Circulante	94.421	92.230
Não circulante	<u>174.642</u>	<u>205.328</u>
Total do Programa de Demissão Voluntária	<u>269.063</u>	<u>297.558</u>

26 Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos judiciais decorrentes do curso normal dos seus negócios, incluindo processos de naturezas cível, trabalhista e tributária. As provisões são registradas pela Companhia com base nos riscos e nos valores mensurados pela Procuradoria Jurídica ou pelo valor histórico das condenações. A classificação de risco utilizada pela Procuradoria Jurídica é baseada na jurisprudência dominante, que vem se formando em relação às ações sofridas pela Companhia ao longo do tempo. Atualmente, a matéria está disciplinada em norma interna da Companhia.

Essas provisões estão assim constituídas:

Natureza	2020			2019		
	Provisão	Depósito judicial	Provisões líquidas de depósitos judiciais	Provisão	Depósito judicial	Provisões líquidas de depósitos judiciais
Cível	204.803	(145)	204.658	222.881	(168)	222.713
Trabalhista	39.226	(9.582)	29.644	57.364	(12.551)	44.813
Tributária	2.107	-	2.107	10.389	-	10.389
Total	<u>246.136</u>	<u>(9.727)</u>	<u>236.409</u>	<u>290.634</u>	<u>(12.719)</u>	<u>277.915</u>

A movimentação das provisões em 2020 e 2019 foram as seguintes:

	Cível	Trabalhista	Tributária	Total 2020
Saldo no início do exercício	222.881	57.364	10.389	290.634
Constituição de provisão	18.928	16.506	-	35.434
Reversão de provisão	(17.610)	(5.089)	(8.282)	(30.981)
Baixa por realização	(19.310)	(29.555)	-	(48.865)
Provisões - Consórcio Águas Lindas	(86)	-	-	(86)
Saldo no final do exercício	<u>204.803</u>	<u>39.226</u>	<u>2.107</u>	<u>246.136</u>

	Cível	Trabalhista	Tributária	Total 2019
Saldo no início do exercício	165.366	65.500	83.096	313.962
Constituição de provisão	89.861	53.365	-	143.226
Reversão de provisão	(632)	(1.879)	(72.707)	(75.218)
Baixa por realização	(31.711)	(59.622)	-	(91.333)
Provisões - Consórcio Águas Lindas	(3)	-	-	(3)
Saldo no final do exercício	<u>222.881</u>	<u>57.364</u>	<u>10.389</u>	<u>290.634</u>

26.1 Natureza cível

A Companhia é parte em 644 processos (613 em 2019) cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos. Os objetos das causas mais relevantes distribuem-se conforme as matérias a seguir:

Matéria	2020		2019	
	Número de processos	Valor	Número de processos	Valor
Divergências com fornecedores e prestadores de serviços	56	115.847	60	140.512
Patrimônio/Desapropriações	17	63.268	21	60.633
Cobrança indevida de contas	416	18.040	457	16.677
Indenização	119	6.446	50	3.856
Outros	36	1.017	25	932
	644	204.618	613	222.610
Contingências Cíveis do consórcio Águas Lindas	49	185	32	271
Saldo no final do exercício		204.803		222.881

26.2 Natureza trabalhista

A Companhia figura como ré em 256 processos classificados como perdas prováveis (516 em 2019). Os objetos das causas mais relevantes distribuem-se conforme as matérias a seguir:

Matéria	2020		2019	
	Número de processos	Valor	Número de processos	Valor
Periculosidade	73	17.472	147	34.683
Progressão	24	11.726	37	3.822
Hora Extra	20	1.832	75	6.566
Desconto Salarial	17	369	83	2.143
Subsidiariedade	45	1.520	48	1.399
Danos Morais	2	1.007	3	1.017
Adicional Noturno	14	1.576	24	1.925
Função Gratificada	5	663	3	788
Concurso público	27	384	47	773
Gratificação de Titulação	5	196	10	444
Outros	24	2.481	39	3.804
	256	39.226	516	57.364

26.3 Natureza tributária

O valor provisionado (2.107) refere-se a processo administrativo sobre o Auto de Infração INSS nº 371547768.

O montante revertido (8.282) refere-se ao processo judicial nº 14421-53-2016.4.01.3400, que discute a incidência de contribuições previdenciárias, uma vez que a Procuradoria Jurídica classificou como remota a probabilidade de a Caesb não lograr êxito na citada demanda.

26.4 Passivos contingentes

A Companhia é ré em 439 processos de natureza cível e 65 processos de natureza trabalhista, considerados pela Procuradoria Jurídica como sendo de perda possível, por consequência não foram registrados contabilmente. Os processos de natureza passiva, classificados como de perda possível, representam o montante de R\$ 235.604, em 31 de dezembro 2020 (R\$ 73.123 em 31 de dezembro de 2019). Os objetos das causas mais relevantes distribuem-se conforme as matérias a seguir:

Matéria	Nº de processos	Valor
Passivos contingenciais cíveis		
Patrimônio	3	141.456
Fornecedores e prestadores de serviços	11	77.516
Cobrança indevida de contas	326	8.239
Indenizações	72	3.395
Outros	27	711
Saldo no final do período	439	231.317
Passivos contingenciais trabalhistas		
Periculosidade	11	1.495
Acúmulo de Função	26	939
Desvio de Função	3	824
Concurso Público	2	193
Subsidiariedade	1	123
Reenquadramento	1	84
Desconto Salarial	2	65
Outros	19	564
Saldo no final do exercício	65	4.287
Passivos contingenciais totais	504	235.604

27 Patrimônio líquido

27.1 Capital social

A composição acionária da Companhia é a seguinte:

Composição	2020			2019		
	Número	R\$	%	Número	R\$	%
Governo do Distrito Federal (GDF)	13.756.723.969	1.375.672	89,49	12.799.093.694	1.279.909	89,00
Cia. Imobiliária de Brasília - TERRACAP	1.610.124.978	161.013	10,47	1.575.055.269	157.506	10,96
Cia. Urbanizadora da Nova Capital - NOVACAP	6.300.205	630	0,04	5.092.072	509	0,04
Sociedade de Abastecimento de Brasília (SAB)	657	-	0,00	657	-	0,00
	15.373.149.809	1.537.315	100,00	14.379.241.692	1.437.924	100,00

O capital social, autorizado e realizado, é representado por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

27.2 Reservas

A constituição da reserva legal está amparada pelo art. 193 da Lei nº 6.404/76, que corresponde a 5% do lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social. Seu objetivo é assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

A constituição de reserva estatutária demonstra a destinação do lucro após autorização da Assembleia dos Acionistas, para incorporar ao capital da Companhia.

27.3 Ajuste de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial corresponde aos ganhos e às perdas atuariais apurados em conformidade com CPC 33 (R1), conforme Nota Explicativa nº 25.2.

27.4 Adiantamento para futuro aumento de capital

A Companhia registrou como adiantamento para futuro aumento de capital o montante de R\$ 15.674 no exercício de 2020 (R\$ 15.674 em 2019), oriundo de repasse de recursos realizados pelo GDF. Os adiantamentos foram classificados no patrimônio, por terem caráter irreversível. As integralizações são referentes aos adiantamentos efetuados no exercício de 2018 e foram aprovadas na AGE realizada em 02 de outubro de 2020. A movimentação nas contas de adiantamento para futuro aumento de capital foi a seguinte:

	TERRACAP	NOVACAP	GDF	Total
Saldo no início do exercício	3.507	121	111.436	115.064
Adição	-	-	1.627	1.627
Integralizações	<u>(3.507)</u>	<u>(121)</u>	<u>(95.763)</u>	<u>(99.391)</u>
Saldo no final do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>17.300</u>	<u>17.300</u>

27.5 Dividendos

Conforme art. 17 do Estatuto Social Consolidado - 2020, cabe à Assembleia Geral deliberar acerca da distribuição de dividendos, estando garantido o mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ajustado de acordo com a legislação societária. Dessa forma, os valores foram calculados e estão apresentados abaixo:

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	199.146	149.002
(-) Prejuízos exercícios anteriores	<u>(104.081)</u>	<u>(251.451)</u>
Total	<u>95.065</u>	<u>(102.449)</u>
(-) Reserva legal – 5%	<u>(4.753)</u>	-
Base de cálculo para os dividendos obrigatórios	<u>90.312</u>	-
Dividendos mínimos obrigatórios – 25%	<u>22.578</u>	-

28 Receitas

	2020	2019
Serviço de Abastecimento de água		
Receitas faturadas	982.856	971.894
Receitas de Serviços não faturadas	(1.756)	4.928
Receitas de contingência (a)	58	54
Consórcio Águas Lindas	26.525	24.234
Receitas de Construção (b)	100.955	127.726
	<u>1.108.638</u>	<u>1.128.836</u>
 Serviços de Esgotamento sanitário		
Receitas faturadas	819.269	805.487
Receitas de serviços não faturadas	(358)	3.937
Consórcio Águas Lindas	7.546	6.437
Receitas de construção (b)	115.857	83.751
	<u>942.314</u>	<u>899.612</u>
 Receita operacional bruta	<u>2.050.952</u>	<u>2.028.448</u>
 COFINS (c)	(56.464)	(67.846)
PASEP (c)	(12.234)	(14.687)
Descontos Incondicionais	(597)	-
Concessão dos Serviços (d)	(73.287)	(65.439)
Deduções sobre as Receitas	<u>(142.582)</u>	<u>(147.972)</u>
 Receita operacional líquida	<u>1.908.370</u>	<u>1.880.476</u>

a. Receitas de contingência

O mecanismo tarifário de contingência é a aplicação de um percentual adicional sobre a fatura correspondente ao serviço de abastecimento de água de cada unidade, de acordo com os percentuais dispostos no Anexo I da Resolução nº 17/2016 da ADASA, conforme a categoria da unidade usuária e considerando as tarifas vigentes, sendo mantido no resultado apenas o valor vinculado às despesas aprovadas em resolução específica.

b. Receita e custos de construção

A ICPC 01 (R1) estabelece que o concessionário de saneamento básico deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes (serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (I) a atividade-fim da Companhia é o abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto; (II) toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade-fim; e (III) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, o montante das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferido para o resultado, como receitas e custos de construção.

c. COFINS e PASEP

O regime de tributação das contribuições para o PIS/PASEP e COFINS foi alterado a partir do mês 03/2019 para a forma de apuração pelo regime cumulativo. A alteração ocorreu como consequência da ação judicial em que a Companhia obteve a declaração de que possui imunidade tributária na forma do art. 150, inciso VI, alínea "a", da Constituição Federal. Com a alteração do regime, a Companhia pretende economizar a quantia aproximada de R\$ 60 milhões por ano no recolhimento das contribuições e está trabalhando para gerar os créditos retroativos aos últimos cinco anos a serem registrados quando da confirmação inequívoca do seu recebimento.

d. Concessão dos serviços

O custo com concessão refere-se à remuneração paga ao poder concedente por meio de duas taxas de fiscalização: Taxa de Fiscalização sobre Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário (TFS) e Taxa de Fiscalização dos Usos dos Recursos Hídricos (TFU).

29 Custos dos serviços prestados

	2020	2019
Custos do serviço de abastecimento de água	(624.229)	(644.720)
Custos do serviço de esgotamento sanitário	(474.362)	(457.088)
Total	(1.098.591)	(1.101.808)

29.1 Custos do serviço de abastecimento de água

	2020	2019
Custo com pessoal	(245.638)	(237.605)
Custo com material	(30.200)	(24.170)
Custo com serviços de terceiros	(207.366)	(218.436)
Custos de contingência	(2.640)	208
Depreciação e amortização	(33.467)	(35.018)
Custos de construção (20-b)	(100.955)	(127.726)
Outros custos gerais	(3.963)	(1.973)
Total	(624.229)	(644.720)

29.2 Custos do serviço de esgotamento sanitário

	2020	2019
Despesas de pessoal	(158.984)	(169.495)
Custos com material	(45.952)	(44.943)
Serviços de terceiros	(126.476)	(133.031)
Depreciação e amortização	(26.448)	(24.806)
Custos de construção	(115.857)	(83.751)
Outros custos gerais	(645)	(1.062)
Total	(474.362)	(457.088)

30 Despesas comerciais e de vendas

	2020	2019
Despesas de pessoal	(75.447)	(82.003)
Serviços de terceiros	(21.124)	(18.427)
Despesas com material	(630)	(988)
Despesas gerais	(112)	(64)
Depreciação	(615)	(216)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(150.738)	(92.439)
Total	(248.666)	(194.137)

31 Despesas administrativas e gerais

	2020	2019 (Ajustado)
Despesas de pessoal	(162.455)	(166.737)
Serviços de terceiros	(49.515)	(54.879)
Despesas com material	(2.007)	(8.257)
Despesas gerais	(538)	(1.281)
Depreciação	(17.074)	(5.387)
Despesas demandas judiciais	(55.089)	(49.094)
Total	(286.678)	(285.635)

32 Despesas tributárias

	2020	2019
Impostos	(5.161)	(5.675)
Taxas e tarifas	(8.249)	(6.644)
Total	(13.410)	(12.319)

33 Outras Receitas/Despesas operacionais

	2020	2019
Reversões de provisões	13.082	5.360
Multas, Indenizações e ressarcimentos diversos	354	112
Vendas de bens do ativo imobilizado	-	983
Aluguéis e taxas de ocupação	42	280
Outras receitas diversas	419	1.124
Recuperação de créditos tributários (a)	125.555	44.835
Provisões judiciais (b)	36.215	(49.382)
Provisões diversas (c)	(15.787)	(49.230)
Indenizações a terceiros	(916)	(3.084)
Custo na baixa ou alienação de bem	(8)	(884)
Despesas com inativos (d)	(76.678)	(52.244)
Outras despesas diversas	(6709)	(7.942)
Total	75.569	(110.072)

- a) A elevada variação foi em virtude da conta de PerdComp correspondente à alteração na forma de apuração para regime cumulativo de PIS/COFINS. No exercício de 2020 a companhia efetuou as retificações referentes aos exercícios de 2015 e 2016.
- b) Variação oriunda da redução das provisões judiciais cíveis movidas, principalmente, por fornecedores e prestadores de serviços;
- c) Variação decorrente da redução das provisões de benefícios previdenciários e assistenciais;

- d) A variação entre os períodos justifica-se pela contabilização das turmas de empregados que aderiram ao PDV – Programa de Desligamento Voluntário. No exercício de 2020 houve apenas duas turmas de desligamento.

34 Receitas e despesas financeiras

	2020	2019
Rendimento de aplicações financeiras	7.569	7.588
Receita de variação monetária e cambial	14.377	39.664
Receita de juros de faturamento	54.344	32.234
Ajuste a valor presente	-	2.782
Outras receitas financeiras	49.314	23.163
Receitas financeiras	125.604	105.431
Juros sobre financiamentos	(28.025)	(36.360)
Juros e variação monetária sobre dívida atuarial	(17.056)	(14.847)
Juros e variação monetária sobre parcelamento tributário	(3)	(197)
Juros e variação monetária sobre parcelamento com fornecedores	(19.619)	(4.918)
Variação monetária e cambial	(169.534)	(43.407)
Outras despesas financeiras	(13.546)	(18.737)
Despesas financeiras	(247.783)	(118.466)
Resultado financeiro líquido (*)	(122.179)	(13.035)

(*) Variação no resultado financeiro decorrente do aumento das despesas financeiras, principalmente variação cambial ativa;

35 Transações com partes relacionadas

A Companhia participa de transações com seus acionistas: Sociedade de Abastecimento de Brasília (SAB), Terracap, Companhia de Urbanizadora da Nova Capital - NOVACAP e GDF (controlador), bem como com empresas/entidades relacionadas ao controlador. Essas transações não diferem das transações realizadas com terceiros nem possuem favorecimento. Descrevemos as operações relevantes ocorridas entre partes relacionadas, que não se restringem aos valores descritos no balanço patrimonial:

Saldos patrimoniais	Referência	2020	2019
Contas a receber - Bruto de clientes (Nota Explicativa 9)	(a)	80.349	71.105
Clientes – Consórcio Águas Lindas	(e)	7.224	6.224
Valores a receber de pessoal cedido (Nota Explicativa 12)	(b)	2.071	1.486
		89.644	78.815
Ativo circulante			
Investimentos - Corumbá e Metrô (Nota Explicativa 17)	(c)	23.276	19.699
Operação de mútuo - Corumbá Concessões	(d)	188	2.148
Consórcios Corumbá e Águas Lindas	(l)	58.007	67.169
		81.471	89.016
Ativo não circulante			
Saldos patrimoniais	Referência	2020	2019
Honorários de conselheiros	(f)	-	-
Contas a pagar à Terracap (Nota Explicativa 21)	(g)	-	1.468
Empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa 22)	(h)	92.548	80.324
Consórcios Corumbá e Águas Lindas	(l)	9.776	9.963
Benefício a empregados	(i)	18.641	17.663

**Companhia de Saneamento Ambiental
do Distrito Federal - CAESB**
*Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020 e 2019*

Passivo circulante		120.965	109.418
Contas a pagar à Terracap (Nota Explicativa 21)	(g)	-	30.105
Seguro de Vida - CAESO	(j)	738	723
Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal - ADASA	(m)	1.200	-
Benefício a empregados	(i)	294.121	274.837
Passivo não circulante		296.059	305.665
Adiantamento para aumento de capital (Nota Explicativa 27.4)	(k)	17.300	115.064
Patrimônio líquido		17.300	115.064

Resultado	Referência	2020	2019
Despesa de programa de saúde	(i)	(38.528)	(41.518)
Contribuições ao plano de previdência	(i)	(21.390)	(21.421)
Resultado e equivalência de coligadas e controladas (Nota Explicativa 17)	(c)	3.577	220
Juros e variação monetária sobre dívida atuarial (Nota Explicativa 25.2)	(i)	(17.056)	(14.847)
Juros e variação monetária sobre parcelamento - Terracap	(g)	(1.960)	(4.918)
Total		(75.357)	(82.484)

- (a) São os faturamentos, relativos a órgãos do GDF, emitidos até dezembro de 2020 e que não foram recebidos até a referida data-base.
- (b) As despesas com funcionários à disposição correspondem à despesa com colaboradores cedidos a outras instituições. Em relação aos valores a receber de pessoal cedido, estes são relativos ao não recebimento atinente à cessão de empregados, cujo ônus da remuneração ficou a cargo dos órgãos cessionários.
- (c) Os montantes referem-se aos investimentos em coligadas que impactam o resultado através do reconhecimento pelo método de equivalência patrimonial.
- (d) Refere-se a duas operações de mútuo com a coligada Corumbá Concessões S.A.
- (i) Contrato assinado em 12 de agosto de 2016: valor total de R\$ 724, com o objetivo de liquidar parte do mútuo realizado a maior pela acionista Serveng Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia e a outra parte para custear as atividades sociais no cumprimento do plano de negócios, em conformidade com decisão tomada em reunião do Conselho de Administração e ajustada pelos acionistas na Assembleia Geral Extraordinária de 2 de agosto de 2016. O valor desembolsado está contabilizado no ativo não circulante, na rubrica Operações de mútuo. Em 31 de março de 2020, houve a liquidação antecipada total do referido contrato de mútuo, com base no saldo devedor apurado em 31/03/2020, correspondente ao montante de R\$ 841.
- (ii) Contrato assinado em 12 de dezembro de 2017: valor total de R\$ 1.447, com o objetivo de reforço de Caixa da Corumbá Concessões S.A. em conformidade com decisão tomada em reunião do Conselho de Administração e aprovada pelos acionistas na Assembleia Geral Extraordinária de 9 de novembro de 2017. Em 31 de março de 2020, houve a liquidação antecipada parcial do referido contrato de mútuo, correspondente ao montante de R\$ 423. O valor total do contrato em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 188 e a receita financeira reconhecida no resultado do período referente a esse contrato foi de R\$ 21. O contrato encerra-se em 13/05/2021.
- (e) São os faturamentos do Consórcio Águas Lindas, emitidos até dezembro de 2020, e que não foram recebidos até a referida data-base.
- (f) O valor de honorários a conselheiros e diretores refere-se à remuneração do pessoal-chave da Administração que, por sua influência significativa na tomada de decisão da Companhia, foi considerada parte relacionada.

- (g) A CAESB adquiriu o terreno onde hoje está situada a sede da Companhia, da acionista Terracap. A aquisição foi parcelada com o incide juros nominais de 12% (doze por cento) ao ano e variação monetária mensal, corrigindo-se de acordo com a variação relativa do IGP-M/FGV, calculado de acordo com a variação *pro rata temporis die*.

Em 13/05/2020, a CAESB liquidou antecipadamente o referido financiamento junto à Terracap. O valor para quitação total do financiamento era de R\$ 32.154. No entanto, a CAESB aderiu a Campanha de Captação e Fidelização de Clientes da Terracap, com isso foi possível obter desconto de bonificação no montante de R\$ 3.419. Assim, o valor pago à Terracap para quitação total do financiamento foi de R\$ 28.735.

- (h) Os empréstimos e financiamentos relacionados são os montantes devidos e vencidos à Secretaria de Obras, vinculado ao GDF. As despesas referem-se a juros e correções dos valores devidos.
- (i) A Companhia patrocina planos de benefícios a empregados, operados e administrados pela Fundiágua. Sendo assim, as operações realizadas para manutenção desses planos, previdenciários e assistenciais, são consideradas transações entre partes relacionadas.
- (j) Refere-se ao benefício do seguro de vida, administrado pelo Clube CAESO.
- (k) Os valores para futuro aumento de capital foram decorrentes de pagamentos realizados pelo GDF, principalmente em obras de saneamento básico.
- (l) O valor registrado refere-se ao saldo a receber da consorciada Saneago referente ao desequilíbrio nos aportes dos Consórcios Corumbá e Águas Lindas. Persistindo o desequilíbrio quando do início da operação do Sistema Produtor de Água Corumbá, o Conselho Diretor do consórcio disciplinará em regulamento próprio os procedimentos e as regras para realização das compensações financeiras entre as partes, inclusive as penalidades por descumprimento. No tocante ao Consórcio Águas Lindas, o desequilíbrio vem sendo ajustado mensalmente, mediante repasses de recursos na proporção dos aportes realizados.
- (m) ACT nº 015/ANA/2011 – Acordo de Cooperação Técnica firmado com a ADASA para melhorias no Sistema Produtor de Água de Píripau.

36 Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os gastos relacionados à remuneração dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e dos diretores, para os períodos de janeiro a dezembro de 2020 e 2019, foram de:

	2020	2019 Ajustado
Remuneração da Diretoria	2.136	2.461
Remuneração do Conselho	602	535
Remuneração total	2.738	2.996

37 Seguros

A Companhia possui contrato de seguro com a AXA Seguros S.A. para cobertura de seus principais ativos situados em áreas administrativas: Ed. Sede, Escritórios de atendimento, laboratório e almoxarifado central, localizadas em 16 endereços distintos, cujo prêmio desembolsado corresponde ao montante de R\$65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), com vigência de 365 dias a contar de 12/06/2020, para cobertura básica, incêndio, queda de raio e explosão e outras coberturas acessórias tais como impacto de veículos, queda de aeronaves, vendaval, furacão ciclone, tornado, roubo e furto, danos elétricos, dentre outros.

A Companhia também firmou contrato com a Sompo Seguros S.A para cobertura securitária na modalidade de responsabilidade civil para administradores da CAESB (D&O – Directors and Officers) e extensões, com abrangência Nacional e Internacional e vigência do contrato por 365 dias a contar de 30/12/2020.

38 Negócios em conjunto

38.1 Consórcio Águas Lindas

A CAESB e a Companhia de Saneamento de Goiás - Saneago constituíram, em conjunto, em 7 de abril de 2003, o Consórcio de Águas Lindas, inscrito no CNPJ 05.966.179/0001-50, com sede na Quadra 45, Conjunto B, Lotes 36 a 38, Salas 01 a 04, município de Águas Lindas de Goiás. O prazo de duração do Consórcio é de 31 (trinta e um) anos, renováveis por igual período e está vinculado ao contrato de concessão existente entre o município e as companhias consorciadas.

O consórcio tem por objeto e finalidade específicos traçar as diretrizes principais para a efetivação dos estudos, das análises e das providências para a exploração econômica, mediante implementação de infraestrutura de saneamento, em todas as suas fases e todos os seus processos, incluindo implantação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, no Município de Águas Lindas de Goiás/GO.

O Contrato de Constituição do Consórcio estabelece a proporção de 50% (cinquenta por cento) de participação para cada consorciada e designa a Saneago como líder, por ser a empresa mais antiga e pela localização territorial do Município de Águas Lindas de Goiás, logo os ativos vinculados ao Consórcio são amortizados com as mesmas taxas utilizadas na Saneago.

O controle financeiro do Consórcio (contas bancárias e contas a receber) é realizado pela Diretoria de Gestão Corporativa da consorciada Saneago, sendo a Gestão do Consórcio compartilhada pelas consorciadas através de um conselho deliberativo paritário. As despesas e os investimentos são realizados pelas consorciadas e apresentados em encontro de contas mensais, onde uma consorciada aprova o encontro de contas apresentado pela outra.

O Consórcio obedece ao estabelecido pela Lei nº 6.404/76 e, conforme enunciado, no parágrafo 1º do art. 278, as partes obrigam-se apenas às condições previstas no contrato, respondendo cada uma por suas obrigações.

Em 31 de dezembro de 2020, foi efetivado o processo de conciliação das contas da CAESB com o Consórcio Águas Lindas, e os valores referentes aos ativos, passivos e contas de resultado foram registrados a partir da consolidação proporcional. Após a consolidação, a Companhia ficou com um direito a receber da Saneago de R\$ 506.

Equalização do fundo de participação:

	Consórcio 31/12/2020	50% de Participação 31/12/2020	Investimento CAESB 31/12/2020	Valor a pagar/receber da Saneago
Ativo circulante	17.384	8.692	7.945	747
Ativo não circulante	180.976	90.488	91.197	(709)
Passivo circulante	19.326	9.663	9.663	-
Passivo não circulante	370	185	185	-
Patrimônio Líquido	155.560	77.780	77.742	38
Receita	66.752	33.376	34.445	-1.069
Despesa	(43.648)	(21.824)	(22.893)	1.069

Consolidação do exercício:

	2020	2019
Ativo circulante	7.945	6.740
Ativo não circulante	91.197	98.127
Passivo circulante	9.663	9.635
Passivo não circulante	185	271
Patrimônio líquido	77.740	83.831
Receita	34.447	31.080
Despesa	(22.893)	(19.950)

38.2 Consórcio Corumbá

A CAESB e a Companhia de Saneamento de Goiás - Saneago constituíram em 17 de setembro de 2009 o Consórcio Corumbá, inscrito no CNPJ 18.801.675/0001-03, com sede na Rua Recife, Quadra 184 Lote Área Especial, Parque Marajó, município de Valparaíso de Goiás. O prazo de duração do Consórcio é de 30 (trinta) anos, renováveis por igual período.

O Consórcio Corumbá tem por objeto exclusivo a implantação, operação e manutenção conjunta do empreendimento denominado Sistema Produtor de Água Corumbá, localizado nos municípios de Luziânia e de Valparaíso de Goiás. Em razão de sua natureza contratual e objetivos específicos de sua constituição, o Consórcio não poderá, diretamente, fornecer água tratada ou prestar quaisquer outros serviços em seu campo de atuação para terceiros, e todas as suas operações ficarão vinculadas às partes consorciadas.

Conforme cláusula do contrato de constituição, a totalidade da produção do negócio será destinada ao fornecimento às partes. Isto indica que as partes têm direitos sobre substancialmente a totalidade dos benefícios econômicos dos ativos do negócio.

Em 31 de dezembro de 2020, foi efetivado o processo de conciliação das contas da CAESB com o Consórcio Corumbá, e os valores foram ajustados a partir da consolidação proporcional. Após a consolidação, a Companhia ficou com um direito a receber da Saneago de R\$ 47.622.

Os valores registrados, referentes às informações do Consórcio Corumbá, estão a seguir demonstrados:


Equalização do fundo de participação:


	Consórcio 31/12/2020	50% de Participação 31/12/2020	Investimento CAESB 31/12/2020	Valor a pagar/receber da Saneago
Ativo circulante	-	-	-	-
Ativo não circulante	427.457	213.728	261.246	47.517
Passivo circulante	1.415	707	812	105
Passivo não circulante	-	-	-	-
Patrimônio Líquido	428.872	214.436	262.058	47.622


Consolidação do exercício:

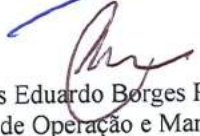
	2020	2019 Ajustado
Ativo não circulante	214.436	204.700
Passivo circulante	707	998
Patrimônio líquido	213.729	203.702


* * *



Daniel Beltrão de Rossiter Corrêa
Presidente
CPF: 724.996.564-68

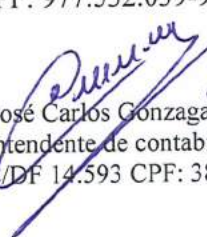

Pedro Cardoso de Santana Filho
Diretor Financeiro e Comercial
CPF: 364.198.341-04


Virgílio de Melo Peres
Diretor de Engenharia
CPF: 099.024.491-15


Carlos Eduardo Borges Pereira
Diretor de Operação e Manutenção
CPF: 287.149.621-87


Roberta Alves Zanatta
Diretor de Suporte ao Negócio
CPF: 977.532.039-91


Haroldo Toti
Diretor de Regulação
CPF: 182.120.346-15


José Carlos Gonzaga
Superintendente de contabilidade
Contador CRC/DF 14.593 CPF: 386.015.911-91